

**Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas**

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

31 de dezembro de 2018 e 2017
com Relatório do Auditor Independente

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2018 e 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....	9
Demonstrações dos resultados.....	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	13
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	16

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

As receitas da Companhia e suas controladas são originadas substancialmente pela prestação de serviços de cursos de ensino superior (graduação e pós graduação). Os valores da receita são reconhecidos quando os serviços foram prestados, conforme critérios de reconhecimento de receita incluídos na nota explicativa 2.20. A Companhia e suas controladas possuem controles manuais e controles automatizados, que são realizados diariamente para registrar e monitorar o reconhecimento da receita dentro do adequado período contábil associado à prestação do serviço. Em função da relevância dos valores envolvidos, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros:

- Analisamos a adequação do momento do reconhecimento da receita para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, considerando as datas efetivas da prestação dos serviços, além de discussões sobre eventuais variações nos montantes da receita reconhecida no exercício as quais se apresentem de forma distinta às nossas expectativas;
- Realizamos testes para uma amostra de mensalidades provenientes de alunos FIES e a comprovação da adesão do aluno ao programa de financiamento, além da análise da regularidade dos contratos. Verificamos se as correspondentes receitas foram registradas no período adequado, tendo em vista a confirmação (aprovação) do financiamento pelo FNDE;
- Analisamos uma amostra dos relatórios auxiliares de faturamento e respectivas reconciliações com os registros contábeis;
- Efetuamos testes, para uma amostra, dos critérios de reconhecimento de receita referente aos serviços prestados próximo da data de encerramento do exercício social (“teste de corte da receita”);
- Efetuamos testes dos controles internos implementados pela administração que suportam os processos de reconhecimento de receitas, incluindo, dentre outros, controles operacionais para o cadastro de alunos, renegociação de recebíveis, reativação e renovação de matrículas;

- Efetuamos testes e inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; e d) relatórios de frequência de alunos;
- Realizamos, para uma amostra, testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados;
- Avaliamos a adequação das respectivas divulgações da Companhia sobre os critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos.

Como resultado de nossos procedimentos de auditoria, identificamos um ajuste sobre receitas reconhecidas em duplicidade, assim como provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecidos indevidamente sobre essas receitas. Esses ajustes indicaram a necessidade de estorno de determinadas receitas e da provisão para créditos de liquidação duvidosa durante o exercício de 2018, sendo que referidos estornos não foram registrados em sua totalidade pela Companhia, sendo a parcela não registrada imaterial para as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

As deficiências no desenho dos controles internos relativos ao reconhecimento de certas receitas em duplicidade resultaram no ajuste identificado pela auditoria acima mencionado e alteraram nossa avaliação quanto a natureza, época e ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas referentes às receitas da Companhia e suas controladas. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas da Companhia e de suas controladas, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 25, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação de redução ao valor recuperável do ágio

Conforme descrito na nota explicativa 10, em 31 de dezembro de 2018 os ativos da Companhia e de suas controladas contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R\$ 688.266 mil. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança.

Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros:

- Envolvermos nossos profissionais especialistas em avaliação para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado;
- Analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração na elaboração das projeções de resultados;
- Efetuamos teste matemático das projeções de resultados;
- Efetuamos análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável;
- Confirmamos que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
- Avaliamos as divulgações da Companhia quanto aos testes de recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

As controladas da Companhia, quando aplicável, reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que haja lucro tributável futuro, conforme detalhado na nota explicativa 24. Em 31 de dezembro de 2018, o montante de imposto diferido ativo líquido era de R\$ 33.855 mil.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros:

- Analisamos o cálculo dos impostos diferidos ativos, com o auxílio de nossos especialistas em impostos;
- Com o auxílio de nossos especialistas em avaliação:
- Analisamos, de uma forma geral, as projeções de resultados, elaboradas pela administração da Companhia, que suportam a realização futura dos impostos diferidos ativos;

- Analisamos a adequação da metodologia e das premissas utilizadas pela administração na elaboração das projeções de resultados;
- Efetuamos teste matemático das projeções de resultados;
- Analisamos a consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável.
- Confirmamos que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
- Avaliamos a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Com base em nossos procedimentos de auditoria, identificamos inconsistências no cálculo e no período em que os impostos diferidos ativos foram registrados indicando a necessidade de estorno parcial, o qual não foi registrado pela administração da Companhia, dos efeitos no resultado das controladas da Companhia pelo reconhecimento inicial dos impostos diferidos ativos no exercício de 2018, uma vez que parte dos impostos diferidos ativos foram calculados tomando como base certas transações de anos anteriores que geraram base de cálculo para apuração de impostos diferidos ativos. Dada a imaterialidade dos montantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referido ajuste de auditoria não resultou em mudança na nossa estratégia de auditoria.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Combinação de negócios

Durante o exercício de 2018, as controladas ACEF S.A. e Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. adquiriram o Grupo Veritas e o Grupo Unipê, respectivamente, conforme descrito na nota explicativa 4. Estas transações foram contabilizadas pela aplicação do método de aquisição. A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Tais procedimentos envolvem, normalmente, um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza.

Em razão do alto grau de julgamento relacionados, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros:

- Realizamos a leitura dos documentos relacionados à transação, tais como contratos e atas;
- Obtivemos as evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo das contraprestações transferidas;
- Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas:
- Analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos;
- Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado; e
- Avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo.
- Efetuamos o recálculo da determinação do ágio por rentabilidade futura apurado nas combinações de negócios; e
- Avaliamos a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Como resultado de nossos procedimentos de auditoria relacionados às combinações de negócios, identificamos ajustes de auditoria indicando a necessidade de realocação de valores entre os ativos intangíveis identificados, a mais valia do imobilizado e os valores alocado como ágio por rentabilidade futura, os quais não foram ajustados pela Companhia. Dada a imaterialidade dos efeitos dessas realocações em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referidos ajustes de auditoria não resultaram em mudança em nossa estratégia de auditoria.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

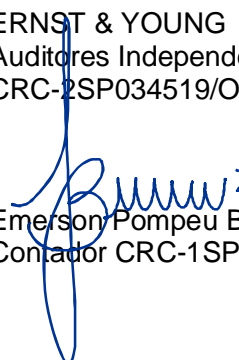
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1º de abril de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC-1SP251558/O-0

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.358	4.179	61.554	76.410
Contas a receber	6	34.606	34.638	145.152	125.968
Tributos a recuperar		1.266	3.211	5.351	7.541
Outros créditos	7	7.489	4.080	25.589	16.841
Total do ativo circulante		48.719	46.108	237.646	226.760
Não circulante					
Contas a receber	6	224	599	2.864	1.075
Depósitos judiciais		1.014	5.249	7.320	14.438
Outros créditos	7	-	-	28.784	19.600
Tributos diferidos	24	2.046	-	36.593	-
Investimentos	8	498.129	491.080	146	122
Imobilizado, líquido	9	32.968	16.743	468.867	173.626
Intangível, líquido	10	5.838	4.066	927.802	425.615
Total do ativo não circulante		540.219	517.737	1.472.376	634.476

Total do ativo	588.938	563.845	1.710.022	861.236
----------------	----------------	---------	------------------	---------

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	550	50.014	16.471	54.823
Debêntures	12	15.280	15.292	51.076	39.451
Fornecedores		9.546	7.918	21.864	16.608
Obrigações com partes relacionadas	16	781	785	1.742	1.749
Obrigações trabalhistas	14	23.328	18.605	72.220	44.495
Obrigações tributárias	15	2.764	5.410	31.678	23.049
Dividendos a pagar		28.520	22.354	28.520	22.354
Adiantamento de clientes		2.630	3.344	13.161	15.216
Obrigações de arrendamento mercantil	13	-	-	1.282	1.282
Obrigações por aquisições de participações societárias	18	-	-	19.598	3.015
Receita diferida	19	-	-	842	842
Outras contas a pagar		568	524	1.089	696
Total do passivo circulante		83.967	124.246	259.543	223.580
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	42.925	3.371
Debêntures	12	39.406	54.604	742.606	152.204
Obrigações com partes relacionadas	16	21.322	-	-	-
Obrigações tributárias	15	-	40	40.239	27.743
Tributos diferidos	24	283	-	2.738	-
Provisão para demandas judiciais	17	5.427	6.192	24.223	21.531
Obrigações de arrendamento mercantil	13	-	-	27.096	28.658
Obrigações por aquisição de participações societárias	18	-	-	107.621	5.000
Receita diferida	19	-	-	12.276	12.998
Outras contas a pagar		570	967	12.792	8.355
Total do passivo não circulante		67.008	61.803	1.012.516	259.860
Patrimônio Líquido					
Capital social	21	138.190	88.775	138.190	88.775
Reservas de capital	21	181.978	200.246	181.978	200.246
Reservas de lucros	21	117.795	88.775	117.795	88.775
Total do patrimônio líquido		437.963	377.796	437.963	377.796
Total do passivo e patrimônio líquido		588.938	563.845	1.710.022	861.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida	25	314.271	290.021	1.257.357	1.006.373
Custo dos serviços prestados	26	(219.078)	(203.681)	(731.951)	(579.398)
Lucro bruto		95.193	86.340	525.406	426.975
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	26	(88.800)	(73.867)	(209.700)	(178.657)
Depreciação e amortização	26	(8.917)	(9.118)	(38.576)	(34.325)
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	26	(8.335)	(12.217)	(57.446)	(44.856)
Resultado de equivalência patrimonial	8	154.110	122.673	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	2.036	1.507	3.122	(18.431)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		145.287	115.318	222.806	150.706
Receitas financeiras	27	170	502	5.832	5.123
Despesas financeiras	27	(23.405)	(21.699)	(111.487)	(59.488)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		122.052	94.121	117.151	96.341
Imposto de renda e contribuição social	24				
Corrente		(1.700)	-	(6.080)	(2.220)
Diferido		(266)	-	9.015	-
Lucro líquido do exercício		120.086	94.121	120.086	94.121
Média ponderada das ações no exercício	22	7.633.056	7.633.056		
Lucro básico e diluído por ação em reais	22	15,73	12,33		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	120.086	94.121	120.086	94.121
Outros resultados abrangentes		-		-
Total do resultado abrangente do exercício	120.086	94.121	120.086	94.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de capital			Reserva de lucros			Total	
		Emissão de ações	Futuro aumento de capital	Total das reservas de capital	Retenção de lucros	Reserva legal	Total das reservas de lucros		Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2016									
	68.372	161.978	14.225	176.203	58.278	10.094	68.372	-	312.947
21.a	20.403	-	(14.225)	(14.225)	(4.036)	(2.142)	(6.178)	-	-
21.d	-	-	-	-	(6.918)	-	(6.918)	-	(6.918)
	-	-	-	-	-	-	-	94.121	94.121
21.b	-	-	-	-	-	4.706	4.706	(4.706)	-
21.d	-	-	-	-	-	-	-	(22.354)	(22.354)
	-	-	38.268	38.268	-	-	-	(38.268)	-
21.c	-	-	-	-	28.793	-	28.793	(28.793)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017									
	88.775	161.978	38.268	200.246	76.117	12.658	88.775	-	377.796
Lucro líquido do exercício									
	-	-	-	-	-	-	-	120.086	120.086
Adoção novas práticas IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018									
21.a	49.415	-	-	-	-	-	-	(13.753)	(13.753)
21.d	-	(38.268)	-	(38.268)	(11.147)	-	(11.147)	-	-
	-	-	-	-	(17.646)	-	(17.646)	-	(17.646)
Destinação do resultado do exercício									
21.b	-	-	-	-	-	6.005	6.005	(6.005)	-
21.d	-	-	-	-	-	-	-	(28.520)	(28.520)
Dividendos mínimos obrigatórios									
	-	-	20.000	20.000	-	-	-	(20.000)	-
Transferência para reserva para futuro aumento de capital									
21.c	-	-	-	-	51.808	-	51.808	(51.808)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018									
	138.190	161.978	20.000	181.978	99.132	18.663	117.795	-	437.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	122.052	94.121	117.151	96.341
Resultado de equivalência patrimonial	(154.110)	(122.673)	-	-
Depreciação e amortização	8.917	9.118	38.576	34.325
Amortização do custo de captação	55	54	225	206
Encargos financeiros sobre financiamentos	1.400	6.997	3.559	9.082
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	-	-	4.544	(53)
Juros de debêntures	4.988	8.827	41.170	24.280
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	101	106	2.177	1.847
Provisão para demanda judicial	(765)	(90)	(678)	3.158
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.335	12.217	57.446	44.856
Receita diferida sobre venda de imóvel	-	-	(722)	-
Baixa de imobilizado e intangível	-	1	127	25.626
Decréscimo (acrécimo) em ativos				
Contas a receber	(13.898)	(20.398)	(72.723)	(60.002)
Adiantamento a funcionários	-	-	-	-
Depósitos judiciais	4.235	(1.581)	14.737	(5.582)
Tributos a recuperar	133	-	(588)	-
Outros créditos	(3.409)	(1.700)	(20.910)	(4.722)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	1.628	149	(210)	(1.185)
Obrigações trabalhistas	4.723	1.522	4.463	859
Obrigações tributárias	(2.669)	352	(9.671)	(3.358)
Obrigações com partes relacionadas	(4)	-	(7)	-
Alugueis com coligadas	-	80	-	(662)
Mensalidades antecipadas	(714)	149	(10.873)	3.343
Outras contas a pagar	(354)	(18)	(2.632)	(518)
	(19.356)	(12.767)	165.161	167.841
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.681)	(1.875)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(19.356)	(12.767)	161.480	165.966
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	170.358	89.114	-	-
Aumento de investimento em controladas	(33.114)	-	-	-
Obrigações por aquisição societária	-	-	-	(2.655)
Aquisição Grupo Veritas, líquido de caixa adquirido	-	-	(256.248)	-
Aquisição Grupo Unipê, líquido de caixa adquirido	-	-	(306.594)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(5.535)	-	-
Acrécimo no imobilizado	(20.510)	(2.904)	(39.451)	(32.489)
Acrécimo no intangível	(6.404)	(4.876)	(11.248)	(5.634)
Recebimento pela venda de ativo	-	-	4.819	1.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	110.330	75.799	(608.722)	(39.778)

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(40.000)	(25.011)	(40.000)	(25.011)
Empréstimos e financiamentos pagos	(50.864)	(18.552)	(98.170)	(25.892)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	30.000	-
Captação de debêntures	-	-	627.686	-
Pagamento de encargos financeiros de debêntures	-	-	(67.054)	(40.131)
Captação de arrendamento mercantil	(20.253)	-	-	31.064
Pagamento de arrendamento mercantil	-	-	(3.360)	(2.622)
Partes relacionadas	21.322	750	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(89.795)	(67.221)	432.386	(93.656)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.179	(4.189)	(14.856)	32.532
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	4.179	8.368	76.410	43.878
No fim do exercício	5.358	4.179	61.554	76.410
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.179	(4.189)	(14.856)	32.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (“Cruzeiro do Sul Educacional” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo-SP, localizada na Rua Cesário Galeno, 432 – Tatuapé. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis; a administração de atividade de educação infantil, ensino fundamental, médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monógrafos; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos; o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma tele presencial à distância; a prestação de serviços relativa a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação.

Em 31 de dezembro de 2018, a Cruzeiro do Sul Educacional e suas controladas contavam com treze instituições de ensino superior, sendo Universidades, Centros Universitários e Faculdades, 5 colégios, uma holding e uma empresas patrimonial, conforme abaixo:

- Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo – SP;
- Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo – SP;
- Universidade de Franca, Franca – SP;
- Centro Universitário Módulo, Caraguatatuba – SP;
- Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília – DF;
- Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, Salto e Itu – SP;
- Faculdade São Sebastião – São Sebastião – SP;
- Faculdade Caraguatatuba, Caraguatatuba – SP;
- Sociedade Educacional Santa Rita– RS;
- CESUCA – Complexo de Ensino Sup. De Cachoeirinha – RS;
- Sociedade Educacional São Bento – RS;
- Sociedade Educacional Santa Tereza – RS;
- Colégio Cruzeiro do Sul, São Paulo – SP;
- Colégio Alto Padrão, Franca – SP;

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Colégio São Sebastião, São Sebastião – SP;
- Colégio Itu, Itu – SP; e
- Colégio Salto, Salto – SP.
- Grupo Veritas – RS;
- Grupo Unipê – PB;

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo no montante de R\$21.897 principalmente em função dos empréstimos oriundos do Grupo Unipê, no montante de R\$25.730, cujas captações ocorreram em data anterior à combinação de negócios realizada pela controlada Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. em 11 de setembro de 2018. A Companhia e suas controladas geraram fluxo de caixa positivo de R\$160.972 através de suas atividades operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, adicionalmente, a administração da Companhia entende, baseada em suas projeções, que suas operações para os próximos exercícios serão suficientes para continuarem gerando fluxo de caixa positivo e cumprir as obrigações contratuais e financeiras, incluindo aquelas com vencimentos em curto prazo.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na nota explicativa 3.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 01 de abril de 2019.

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Razão social	País sede	31/12/2018	31/12/2017
Participação Direta			
Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. ("UDF")	Brasil	99,98%	99,98%
Sociedade Empresária de Ensino Superior do Litoral Norte Ltda. ("Módulo")	Brasil	99,40%	99,40%
Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Unicid" ou "SECID")	Brasil	99,99%	99,99%
ACEF S.A. ("Unifran")	Brasil	99,99%	99,99%
Participação Indireta			
Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. ("Trust")	Brasil	99,99%	99,99%
Instituição de Ensino São Sebastião Ltda. ("FASS")	Brasil	99,99%	99,99%
Colégio São Sebastião – Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda. ("Colégio São Sebastião")	Brasil	99,99%	99,99%
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	Brasil	99,99%	99,99%
Veritas Educacional A Participações. S.A. ("Veritas")	Brasil	99,98%	-
Cesuca Complexo de Ensino Superior De Cachoeirinha Ltda. ("Cesuca")	Brasil	99,99%	-
Sociedade Educacional São Bento Ltda. ("São Bento")	Brasil	99,99%	-
Sociedade Educacional Santa Rita Ltda. ("Santa Rita")	Brasil	99,99%	-
Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda.	Brasil	99,99%	-
IPÊ Educacional Ltda. ("Unipê")	Brasil	99,99%	-
IPÊ Patrimonial Ltda. ("Patrimonial")	Brasil	99,99%	-

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia suas controladas em 31 de dezembro de 2018. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem exposto ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por patmeio do poder exercido em relação à controlada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes.

Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle.

Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa, relacionados com transações entre controladas, são totalmente eliminados na consolidação.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia e/ou suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou suas controladas que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Todas as aquisições efeturadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Classificação circulante e não circulante

A Companhia e/ou suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia e/ou suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos passivos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante.

2.4. Tributos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente aplicáveis ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394 de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do art. 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13.

Tributos diferidos

Tributo diferido são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos são revisados em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos sobre as vendas

Para a Companhia e suas controladas, as regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. A partir de julho de 2015 a Companhia e suas controladas, passaram a recolher 0,65% de PIS e 4,00% de Cofins respectivamente decorrentes de receitas com aplicações financeiras.

Sob as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada Município as alíquotas são de 2,00% a 5,00%.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ativos financeiros ao custo amortizado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados.
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida emanesciente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, pois de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos, debentures, e instrumentos financeiros derivativos.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou controladas que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debentures contraídos, sujeitos a juros.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7. Instrumentos financeiros - derivativos e contabilidade de hedge

A controlada Módulo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente swaps, para fornecer proteção contra o risco de variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Para fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), a Módulo classifica sua operação como hedge de valor justo, pois tais operações fornecem proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Módulo classifica formalmente e documentam a relação de hedge à qual se deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Módulo irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge.

Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado no resultado financeiro. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida na demonstração do resultado no resultado financeiro.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.7. Instrumentos financeiros - derivativos e contabilidade de hedge--continuação

A Módulo utiliza contratos de swap com o objetivo de proteger a exposição a variações no valor justo dos empréstimos em moeda estrangeira.

2.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registramos o ajuste.

2.9. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado.

2.10. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e/ou suas controladas irão obter as propriedades ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Acervo bibliográfico	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos audiovisuais	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(a)
Propriedade de arrendamento mercantil	25 anos

- (a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 4,0% a 10,0% a.a. variando de acordo com o período de locação.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.11. Arrendamento mercantil

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia e/ou suas controladas basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia e/ou suas controladas obterão a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

A Companhia possui um contrato de aluguel de imóvel, classificado como arrendamento mercantil financeiro em uma operação de venda e leaseback financeiro.

Os arrendamentos mercantis financeiros são aqueles em que a arrendadora transfere substancialmente riscos e benefícios inerentes a propriedade a arrendatária, o recebível é então reconhecido pelo menor valor entre o valor justo e valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros referentes ao arrendamento financeiro são reconhecidos na demonstração de resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os juros decorrentes do arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o seu período de vigência contratual.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.12. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Carteira de clientes	6,3 anos
Marca	21,2 anos
Licenças MEC	Indefinida
Cláusula de não concorrência	6 anos
Pólos de ensino	5 anos
Software	10 anos

2.13. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 30 de setembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente (em 30 de setembro), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.14. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.15. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.16. Adiantamento de clientes

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47 (Contratos com clientes).

2.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.

2.18. Informação por segmento

A Companhia e/ou suas controladas estão organizadas em um único segmento operacional. Os cursos oferecidos, seus campus e pólos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes.

2.19. Receita diferida

A receita diferida refere-se a ganho registrado pela controlada CEUNSP pela venda de um imóvel. Esta receita diferida será apropriado ao resultado pelo prazo contratual de 20 anos, vide Nota 19.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

Receita de contratos com Clientes (IFRS 15/CPC47)

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e/ou suas controladas esperam ter direito em troca destes bens ou serviços.

Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados.

Venda de produtos

A receita de venda de livros e apostilas é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O CPC 47 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. Além disso, a norma exige divulgações mais detalhadas.

A Companhia e suas controladas não identificaram impactos na adoção inicial dessa norma.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa da IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que a IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Companhia adotou a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2018 e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma. Abaixo demonstramos a reconciliação dos novos saldos patrimoniais consolidados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e o saldo de abertura, em 1º de janeiro de 2018, afetados pela nova norma:

Consolidado	Demonstrações financeiras divulgadas em 31/12/2017	Impactos referente a adoção inicial do IFRS 9 / CP48	Demonstrações financeiras em 01/01/2018
Ativo circulante	226.760	(20.837)	205.923
Caixa e equivalentes de caixa	76.410	-	76.410
Contas a receber	125.968	(20.837)	105.131
Tributos a recuperar	7.541	-	7.541
Outros créditos	16.841	-	16.841
Ativo não circulante	634.476	7.084	641.560
Total do ativo	861.236	(13.753)	847.483
Passivo circulante	223.580	-	223.580
Passivo não circulante	259.860	-	259.860
Patrimônio líquido	377.796	(13.753)	364.043
Total do passivo	861.236	(13.753)	847.483

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9 mencionados acima e devido a natureza não garantia dos seus recebíveis, a provisão para devedores duvidosos aumentou R\$20.837 em decorrência da aplicação da perda esperada de crédito .

2.21. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/(CPC - 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil) e suas interpretações. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo da nova norma determinados contratos de pequenos montantes.

A Companhia irá adotar a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2019 pelo método de cálculo retrospectivo modificado, calculando o valor presente nesta data e não fará reapresentação de informações comparativas como permitido pela norma. A mudança na definição de um arrendamento refere-se principalmente ao conceito de controle.

A quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo atualmente parte desses contratos são reconhecidos como arrendamento operacionais, sendo os pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato, de acordo com sua competência.

A Companhia com base nas avaliações preliminares entende que os principais contratos que serão impactados pela nova norma estão relacionados aos arrendamentos de imóveis locados de terceiros, com prazos superiores a 12 meses, mas até o momento do encerramento das demonstrações financeiras, estava em processo de análise dos demais contratos e do critério de transição para adotar a implantação da norma.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ICPC22/IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor, é possível que a Companhia necessite estabelecer processos e procedimentos para obter as informações necessárias para a aplicação da Interpretação em tempo hábil.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e/ou suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir:

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Companhia e/ou suas controladas utilizam seu julgamento para escolher os dados e premissas utilizados nestas avaliações. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas, podem ser adversamente afetadas, independente do respectivo resultado final.

Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

Tributos

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A Companhia e/ou suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Conforme descrito na nota 2.20, a partir de 1º de janeiro de 2018 a Provisão para crédito de liquidação duvidosa passou a ser calculada de acordo com as diretrizes do IFRS 9 / CPC 48. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático previsto na norma, e aplicou o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento

4. Combinação de negócios

4.1. Grupo Veritas

Em 2 de abril de 2018 a ACEF S.A. concretizou a aquisição da totalidade das ações da Veritas Educacional A Participações S.A. detentoras da Sociedade Educacional Santa Rita S.A. (Centro Universitário da Serra Gaúcha - FSG; Faculdade de Tecnologia da Serra Guaúcha – FTSG), CESUCA – Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha Ltda (CESUCA – Faculdade Inedi), Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda, e Sociedade Educacional São Bento Ltda. (Faculdade da Serra Gaúcha de Bento Gonçalves), juntas definidas como Grupo Veritas. Em 06 de março de 2018, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

O preço pago é composto da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Preço de aquisição	292.541
Ajuste de preço – capital de giro	<u>2.823</u>
Total da contraprestação	<u>295.364</u>

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Combinação de negócios --continuação

Alocação do valor justo

A Administração da Companhia realizou estudos para mensuração do valor justo de ativos intangíveis e passivos e alocação do preço de aquisição do Grupo Veritas, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

O valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição é apresentado a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	24.116
Contas a receber	13.927
Tributos Diferidos	17.977
Outros ativos	7.763
Imobilizado, líquido	14.549
Intangíveis	
Carteira de Clientes Santa Rita	9.135
Carteira de Clientes Cesuca	800
Marca Santa Rita	32.268
Licenças MEC Santa Rita	60.531
Licenças MEC Cesuca	11.284
Outros intangíveis	219
	<u>192.569</u>
Passivo	
Fornecedores	(1.480)
Obrigações trabalhistas	(7.115)
Obrigações por aquisição de participações societárias	(36.377)
Provisão para demanda judiciais	(6.801)
Outros passivos	(3.707)
	<u>(55.480)</u>
Total de ativos identificáveis líquidos	137.089
Ágio	158.275
Total da contraprestação	<u>295.364</u>

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados.

Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Combinação de negócios --continuação

Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis

Foram observados os critérios definidos no CPC 04 (R1) - Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir:

<u>Ativo</u>	<u>R\$</u>	<u>Método</u>	<u>Prazo esperado de amortização</u>
Carteira de alunos Cesuca	800	Método de "rendimentos excedentes c/TAB"	5 anos
Carteira de alunos Santa Rita	9.135	Método de "rendimentos excedentes c/TAB"	5 anos
Marca Santa Rita	32.268	Método "Comparativo de mercado (avaliação múltipla)	Indefinido
Licenças MEC Santa Rita	60.531	Método de "com e sem"	Indefinido
Licenças MEC Cesuca	11.284	Método de "com e sem"	Indefinido

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Saída de caixa líquida na aquisição do Grupo Veritas

	<u>Abril/2018</u>
Preço de aquisição	<u>295.364</u>
Parcela retida (i)	<u>(15.000)</u>
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>(24.116)</u>
Efeito líquido no fluxo de caixa da adquirente	<u>256.248</u>

(i) Parcela de R\$15.000 a ser ajustada pela variação do CDI que serão pagos após o 4º aniversário da data de fechamento da transação.

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pelo Grupo Veritas, a partir de abril de 2018, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 02 de abril de 2018.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desde a data de aquisição, Grupo Veritas controladas contribuíram com uma receita líquida de R\$88.001 e lucro líquido de R\$26.147. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, a receita líquida consolidada totalizaria R\$115.616 e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 34.423.

Os custos relacionados à aquisição, no montante de R\$1.532, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas na controladora ACEF.

Cláusulas de reembolso de contingências

A Companhia possui cláusula contratual para eventuais desembolsos financeiros para contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição da Veritas com suas respectivas controladas.

4. Combinação de negócios –continuação

4.2. Grupo Unipê

Em 26 de março de 2018 a Controlada Secid Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A., celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças adquirindo 100% das quotas do Centro Universitário de João Pessoa “Unipê” e da Sociedade Limitada “Ipê Patrimonial”, definidas juntas como Grupo Unipê, e em 11 de setembro de 2018 a Companhia concluiu as negociações e houve a transferência das quotas.

A operação foi aprovada pelo CADE em 21 de junho de 2018, sem restrições.

O preço pago é composto da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Preço de aquisição	419.154
Ajuste do preço pós-fechamento	<u>(20.844)</u>
Total da contraprestação	<u>398.310</u>

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Combinação de negócios --continuação

Alocação do valor justo

A Administração da Companhia realizou estudos para mensuração do valor justo de ativos intangíveis e passivos e alocação do preço de aquisição do Grupo Unipê, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

O valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição é apresentado a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	11.716
Contas a receber	12.985
Investimentos	24
Outros ativos	2.290
Imobilizado, líquido	266.272
Intangíveis	
Marca	39.339
Credenciamento e Licenças de Operação MEC	19.267
Cláusula de não concorrência	1.789
Outros intangíveis	2.701
	<u>356.383</u>
Passivo	
Fornecedores	(3.986)
Obrigações tributárias	(30.689)
Obrigações trabalhistas	(16.679)
Empréstimos e financiamentos	(65.813)
Provisão para demanda judiciais	(2.372)
Outros passivos	(7.560)
	<u>(127.099)</u>
Total de ativos identificáveis líquidos	229.284
Ágio	169.026
Total da contraprestação	<u>398.310</u>

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados.

Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Combinação de negócios --continuação

Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis e da mais valia do imobilizado

Os critérios observados para o reconhecimento dos ativos intangíveis identificados na combinação de negócios e da mais valia do imobilizado foram conforme segue:

Ativo	R\$	Método	Prazo esperado de amortização /depreciação
Marca	39.339	Método da “economia de royalties”	25 anos
Credenciamento e Licenças de operação MEC	19.267	Método de “com e sem”	Indefinido
Cláusula de não concorrência	1.789	Método de “rendimentos excedentes”	5 anos
Móveis e utensílios	218	Método “comparativo de dados de mercado e custo de reprodução”	10 anos
Máquinas e equipamentos	2.913	Método “comparativo de dados de mercado e custo de reprodução”	10 anos
Computadores e periféricos	2.167	Método “comparativo de dados de mercado e custo de reprodução”	20 anos
Imóvel	66.462	Método “involutivo”	25 anos

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Saída de caixa líquida na aquisição do Grupo Unipê

	Agosto/2018
Preço de aquisição	398.310
Parcela retida (i)	(80.000)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(11.716)
Desembolso líquido de caixa	306.594

(i) Parcela de R\$80.000 a ser ajustada pela variação do CDI que serão pagos após o 6º aniversário da data de fechamento da transação.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pelo Grupo Unipê a partir de setembro de 2018, uma vez que a transação de aquisição da investida se concretizou em 11 de setembro de 2018.

Desde a data de aquisição, o Grupo Unipê contribuiu com uma receita líquida de R\$51.880 e prejuízo líquido de R\$7.967. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, a receita líquida consolidada totalizaria R\$189.179 e o prejuízo líquido consolidado seria de R\$71.242.

Os custos relacionados à aquisição, no montante de R\$1.083, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas na controladora Secid.

Cláusulas de reembolso de contingências

A Companhia e suas controladas possuem cláusula contratual para eventuais desembolsos financeiros das contingências originadas de fatos geradores ocorridos antes da data de aquisição do Grupo Unipê.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	226	75	551	87
Equivalentes de caixa	5.132	4.104	61.003	76.323
Total	5.358	4.179	61.554	76.410

Equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mensalidades	(a)	82.518	76.192	325.946	223.545
Crédito universitário	(b)	5.117	2.158	35.399	18.200
Acordos em andamento	(c)	6.017	4.234	29.642	14.969
Outras contas a receber		7.382	5.768	23.585	17.377
Subtotal		101.034	88.352	414.572	274.091
Provisão para créditos de liquidação duvidosa(d)		(65.997)	(53.009)	(265.828)	(146.699)
Ajuste a valor presente		(207)	(106)	(728)	(349)
Total		34.830	35.237	148.016	127.043
	Circulante	34.606	34.638	145.152	125.968
	Não circulante	224	599	2.864	1.075

- (a) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.
- (b) Compreende as mensalidades a receber objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Companhia e suas controladas.

FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF ou Banco do Brasil e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica.

O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e tributos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões de títulos do Tesouro Nacional.

A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados na modalidade FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo programa. A Companhia é responsável por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos com fiador, a Companhia é responsável por 15% de eventual inadimplência do aluno. Para os contratos garantidos pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativa - FGEDUC, a Companhia é responsável por 3% da inadimplência para os contratos assinados antes de 3 de abril de 2012 e de 1,5% para os contratos assinados após esta data.

Em dezembro de 2014, o Ministério da Educação e Cultura - MEC definiu as portarias normativas n.º 21 e n.º 23 que modificam principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM para os alunos ingressantes a partir de março de 2015.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Referem-se a mensalidades renegociadas, acrescidas de juros e atualização monetária pelos índices contratuais, registrados pelo regime de competência. Tais renegociações ocorrem, principalmente, por meio de cheques pré-datados e cartões de crédito.
- (d) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber. Em decorrência da adoção inicial do IFRS 9/ CPC 48 em 01 de janeiro de 2018, a Companhia e suas controladas constituem provisão na perda esperada e não mais com base na perda incorrida.

A movimentação da provisão para créditos para liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31/12/2016	45.166	125.613
Constituições de provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.217	44.856
Baixa para perdas	(4.374)	(23.770)
Saldos em 31/12/2017	53.009	146.699
Constituições de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.335	57.446
Efeitos da adoção inicial do IFRS 09 / CPC 48	5.869	20.837
Efeito de aquisições em combinações de negócios	-	51.665
Baixa para perdas	(1.216)	(10.819)
Saldos em 31/12/2018	65.997	265.828

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora			
	31/12/2018	%	31/12/2017	%
A vencer				
Crédito universitário	5.117	5%	2.158	2%
Mensalidade a receber	5	0%	17.109	19%
Acordos em andamento	2.248	2%	392	0%
Outras contas a receber	7.382	7%	5.316	6%
Vencidos				
Até 180 dias	27.076	27%	10.368	12%
Acima de 180 dias	59.206	59%	53.009	61%
Total	101.034	100%	88.352	100%

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	31/12/2018	%	31/12/2017	%
A vencer				
Crédito universitário	49.510	7%	18.200	7%
Mensalidades a receber	152	0%	61.300	22%
Acordos em andamento	7.967	2%	1.936	1%
Outras contas a receber	23.585	6%	15.680	6%
Vencidos				
Até 180 dias	145.505	37%	30.276	11%
Acima de 180 dias	187.433	48%	146.699	53%
Total	414.152	100%	274.091	100%

7. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber de venda de imóvel (a)	-	-	19.845	24.500
Adiantamentos a funcionários	967	1.234	8.437	1.106
Adiantamentos de fornecedores	1.449	265	4.055	2.851
Garantia prov. p/ contingências (b)	-	-	8.585	-
Produção materiais – EAD	3.654	2.418	3.654	2.418
Outros créditos	1.419	163	9.797	5.566
Total	7.489	4.080	54.373	36.441
Circulante	7.489	4.080	25.589	16.841
Não circulante	-	-	28.784	19.600

- (a) Refere-se a compromisso de compra e venda celebrado em 20 de março de 2018 pela controlada indireta Ceunsp com a Motriz Participações Ltda. Os valores a custo do imóvel e mais valia foram baixados e reconhecidos de acordo com os critérios de reconhecimento inicial de que tratam o CPC 06 (R1).
- (b) Conforme o contrato de compra e venda da Santa Rita e da Cesuca, existem garantias atreladas aos processos prováveis judiciais/administrativos em discussão em que a Companhia figura no polo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores serão de responsabilidade dos vendedores, sendo reembolsado os valores a Companhia e suas controladas.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos

a) Movimentação dos investimentos

	Módulo	UDF	Unicid	Unifran	Acervo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	22.770	87.276	175.925	165.960	55	451.986
Equivalência patrimonial	(1.186)	41.660	62.056	25.697	-	128.227
Efeito líquido da combinação de negócios (i)	-	-	(628)	(4.925)	-	(5.554)
Equivalência patrimonial total	(1.186)	41.660	61.428	20.771	-	122.673
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.835	-	-	-	-	2.835
Aumento de capital	2.700	-	-	-	-	2.700
Distribuição de lucros	-	(27.000)	(40.100)	(22.014)	-	(89.114)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	27.119	101.936	197.253	164.718	55	491.081
Equivalência patrimonial	1.943	41.318	50.760	61.556	-	155.578
Efeito líquido da combinação de negócios (i)	-	-	(512)	(956)	-	(1.468)
Equivalência patrimonial total	1.943	41.318	50.248	60.601	-	154.110
Adoção inicial das novas práticas IFRS 9	(494)	(1.744)	(4.206)	(3.374)	-	(9.818)
Aumento de capital	2.814	600	27.200	2.500	-	33.114
Distribuição de lucros	-	(35.900)	(77.700)	(56.758)	-	(170.358)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	31.383	106.210	192.795	167.686	55	498.129

- (i) Efeito das amortizações dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios e reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas

	31 de dezembro de 2017			
	Módulo	UDF	Unicid	Unifran
% de Participação	99,40%	99,98%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	7.764	24.463	63.379	83.351
Ativo não circulante	24.783	50.865	36.396	169.177
Total do ativo	32.547	75.328	99.775	252.528
Passivo circulante	8.329	8.942	25.193	55.175
Passivo não circulante	6.125	7.703	30.303	153.926
Patrimônio líquido	18.093	58.685	44.279	43.427
Total do passivo e patrimônio líquido	32.547	75.330	99.775	252.528
Receita líquida	31.808	125.280	264.191	290.947
Custo dos serviços prestados	(17.546)	(55.103)	(138.396)	(152.907)
Despesas operacionais, líquidas.	(14.071)	(26.727)	(58.797)	(89.189)
Despesas financeiras, líquidas.	(1.376)	(1.358)	(4.682)	(21.626)
Imposto de renda e contribuição social	(1)	(432)	(260)	(1.528)
Lucro líquido (prejuízo)	(1.186)	41.660	62.056	25.697
	31 de dezembro de 2018			
	Módulo	UDF	Unicid	Unifran
% de Participação	99,40%	99,98%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	5.279	25.580	73.661	33.840
Ativo não circulante	25.268	54.581	539.603	478.717
Total do ativo	30.565	80.161	613.264	512.557
Passivo circulante	5.427	10.670	70.512	47.770
Passivo não circulante	2.887	6.534	502.238	419.273
Patrimônio líquido	22.251	62.957	40.514	45.514
Total do passivo e patrimônio líquido	30.565	80.161	613.264	512.557
Receita líquida	21.803	137.970	364.032	235.959
Custo dos serviços prestados	(10.894)	(65.386)	(203.266)	(137.473)
Despesas operacionais, líquidas.	(7.446)	(22.897)	(83.028)	(14.225)
Despesas financeiras, líquidas.	(1.268)	(9.123)	(29.443)	(27.919)
Imposto de renda e contribuição social	(251)	754	2.465	5.214
Lucro líquido do exercício	1.944	41.318	50.760	61.556

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

a) Controladora

Custo	Saldos em 31/12/2016		Adições		Baixas		Transf.		Saldos em 31/12/2017		Adições		Transf.		Saldo em 31/12/2018	
Acervo bibliográfico	8.974	-	535	-	-	-	-	-	9.509	-	740	-	-	-	10.249	
Equipamentos de informática	13.466	-	909	(29)	-	-	-	14.346	2.508	-	3.446	-	-	-	16.854	
Máquinas e equipamentos	21.637	-	447	(51)	-	-	-	22.033	3.446	-	2.286	-	-	-	25.479	
Móveis e utensílios	12.221	-	493	(30)	-	-	-	12.684	2.286	-	17	-	-	-	14.970	
Instalações	2.411	-	-	-	-	-	-	2.411	-	-	-	-	-	-	2.428	
Benefícios em propriedades de terceiros	5.167	-	-	-	1.225	-	-	6.392	-	-	-	-	-	-	6.392	
Imobilizações em Andamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.386	-	-	358	10.744	
Outras imobilizações	2.529	-	520	-	(1.225)	-	-	1.824	1.126	-	(358)	-	-	-	2.592	
Sub-total	66.405	-	2.904	(110)	-	-	-	69.199	20.509	-	-	-	-	-	89.708	
Depreciação	(6.714)	(462)	(1.088)	30	(1.186)	50	(1.366)	(11.967)	(7.176)	(1.103)	(546)	(1.039)	(1.039)	(1.039)	(13.070)	
Acervo bibliográfico																
Equipamentos de informática																
Máquinas e equipamentos																
Móveis e utensílios																
Instalações																
Benefícios em propriedades de terceiros																
Imobilizações em Andamento																
Outras imobilizações																
Sub-total	(48.323)	(4.242)	110	-	(52.456)	(4.284)	-	(56.740)	(56.740)	(4.284)	-	-	-	-	(56.740)	
18.082	(1.338)	-	-	-	16.743	16.225	-	32.968	32.968	16.225	-	-	-	-	32.968	

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado - movimentação

Custo	Saldos em 31/12/2016			Transf.	Saldos em 31/12/2017			Adições	Baixas Reclasseif.	Combinação De negócios		Saldos em 31/12/2018
	Adições	Baixas	(14.452) (15.786)		34.021 54.436 60.857 45.640 22.499 30.082 46.572 31.064 6.309	1.342 5.210 6.175 4.488 174 1.982 17.419 -	(1) (367) (190) (85) (18) (509) -			1.967 49 98 170 (2) 254 (78) -	121.806 111.266 4.865 5.977 10.598 8.066 1.005 5.171 11.189 -	
Terrenos	14.452	(14.452)		-	-	-	-	-	-	-	-	121.806
Prédios	15.786	(15.786)		-	-	-	-	-	-	-	-	111.266
Acervo bibliográfico	31.950	-	2.071	-	34.021	1.342	(1)	1.967	-	-	-	42.194
Equipamentos de informática	49.890	(324)	4.870	-	54.436	5.210	(367)	49	-	-	-	65.304
Máquinas e equipamentos	55.801	(75)	5.131	-	60.857	6.175	(190)	98	-	-	-	77.538
Móveis e utensílios	42.402	(66)	3.304	-	45.640	4.488	(85)	170	-	-	-	58.279
Instalações	22.391	-	108	-	22.499	174	(18)	(2)	-	-	-	23.658
Benefeitorias em propriedades de terceiros	15.058	-	59	-	30.082	1.982	(509)	254	-	-	-	36.980
Imobilizações em andamento	45.607	(187)	16.117	14.965	46.572	17.419	-	(78)	-	-	-	75.102
Propriedade de arrendamento mercantil	-	-	31.064	(14.965)	31.064	-	-	-	-	-	-	31.064
Outras imobilizações	5.600	(120)	829	-	6.309	2.661	(39)	264	-	-	-	9.284
Sub-total	298.937	63.553	(31.010)	331.480	39.451	(1.209)	2.722	280.032	652.476			
Depreciação												
Terrenos	(790)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prédios	(17.763)	(145)	935	-	(20.229)	(3.195)	1	(1.968)	-	-	-	(25.391)
Acervo bibliográfico	(36.766)	(2.466)	321	-	(41.041)	(5.210)	367	(52)	-	-	-	(45.936)
Equipamentos de informática	(34.651)	(4.596)	66	-	(38.341)	(4.582)	233	(96)	-	-	-	(42.786)
Máquinas e equipamentos	(25.309)	(3.756)	63	-	(28.072)	(3.854)	80	(170)	-	-	-	(32.016)
Móveis e utensílios	(18.575)	(2.826)	7	-	(20.175)	(1.231)	10	1	-	-	-	(21.395)
Instalações	(4.338)	(2.545)	-	-	(6.876)	(4.262)	353	(174)	-	-	-	(10.959)
Benefeitorias em propriedades de terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizações em andamento	-	(557)	-	-	(557)	(1.029)	-	-	-	-	-	(1.586)
Propriedade de arrendamento mercantil	(1.898)	(759)	94	-	(2.563)	(752)	38	(263)	-	-	-	(3.540)
Outras imobilizações	(140.090)	(19.250)	1.486	-	(157.854)	(24.115)	1.082	(2.722)	-	-	-	(183.609)
Subtotal	158.847	44.303	(29.524)	173.626	14.548	(127)	280.821	468.867				

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 . Intangível

A demonstração da movimentação do intangível é descrito abaixo:

a) Controladora

Movimentação	% taxa amortização	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2018
Custo								
Software	10% a.a.	9.291	4.876	(13)	14.154	6.404	(15)	20.543
Amortização								
Software	10% a.a.	(5.225)	(4.876)	13	(10.088)	(4.632)	15	(14.705)
Total		<u>4.066</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.066</u>	<u>1.772</u>	<u>-</u>	<u>5.838</u>

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

Movimentação	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	Adições	Combinação de negócios	Baixas	Saldos em 31/12/2018
Custo								
Ágio								
Módulo	9.026	-	-	9.026	-	-	-	9.026
UDF	43.251	-	-	43.251	-	-	-	43.251
Unicid	126.789	-	-	126.789	-	-	-	126.789
Unifran	107.924	-	-	107.924	-	-	-	107.924
FASS	7.728	-	-	7.728	-	-	-	7.728
Colégio São Sebastião	3.028	-	-	3.028	-	-	-	3.028
CEUNSP	70.981	-	(7.762)	63.219	-	-	-	63.219
Veritas	-	-	-	-	-	158.275	-	158.275
Unipe	-	-	-	-	-	169.026	-	169.026
Alocação do preço de compra - Unifran								
Marca Unifran	11.652	-	-	11.652	-	-	-	11.652
Carteira de Alunos - Graduação	16.507	-	-	16.507	-	-	-	16.507
Carteira de Alunos - Outros	3.644	-	-	3.644	-	-	-	3.644
Pólos de Ensino	3.010	-	-	3.010	-	-	-	3.010
Licenças MEC- Medicina	3.020	-	-	3.020	-	-	-	3.020
Alocação do preço de compra - Unicid								
Marca Unicid	13.021	-	-	13.021	-	-	-	13.021
Carteira de Alunos - Graduação	15.645	-	-	15.645	-	-	-	15.645
Carteira de Alunos - Outros	942	-	-	942	-	-	-	942
Pólos de Ensino	996	-	-	996	-	-	-	996
Licenças MEC- Medicina	15.940	-	-	15.940	-	-	-	15.940
Alocação do preço de compra - FASS								
Relacionamento com clientes	509	-	-	509	-	-	-	509
Cláusula de não concorrência	899	-	-	899	-	-	-	899
Alocação do preço de compra - Colégio São Sebastião								
Relacionamento com clientes	936	-	-	936	-	-	-	936
Cláusula de não concorrência	282	-	-	282	-	-	-	282
Alocação do preço de compra - CEUNSP								
Marca	10.787	-	-	10.787	-	-	-	10.787
Relacionamento com clientes	6.085	-	-	6.085	-	-	-	6.085
Cláusula de não concorrência	8.171	-	-	8.171	-	-	-	8.171
Alocação do preço de compra - Veritas								
Carteira de Clientes Santa Rita	-	-	-	-	-	9.135	-	9.135
Carteira de Clientes Cesuca	-	-	-	-	-	800	-	800
Marca Santa Rita	-	-	-	-	-	32.268	-	32.268
Licenças MEC Santa Rita	-	-	-	-	-	60.531	-	60.531
Licenças MEC Cesuca	-	-	-	-	-	11.284	-	11.284
Alocação do preço de compra - Unipe								
Marca	-	-	-	-	-	39.339	-	39.339
Credenciamento e Licenças de Operação MEC	-	-	-	-	-	19.267	-	19.267
Cláusula de não concorrência	-	-	-	-	-	1.789	-	1.789
Força de trabalho	-	-	-	-	-	1.071	-	1.071
Softwares	12.697	5.634	(122)	18.209	10.943	2.920	-	32.072
Total do Custo	493.470	5.634	(7.884)	491.220	10.943	505.705	-	1.007.868

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	Adições	Combinação de negócios	Saldos em 31/12/2018
Amortização							
Alocação do preço de compra - Unicidad							
Marca Unicidad	(2.264)	(512)	-	(2.776)	(512)	-	(3.288)
Carteira de alunos - Graduação	(15.645)	-	-	(15.645)	-	-	(15.645)
Carteira de alunos - Outros	(940)	-	-	(940)	-	-	(940)
Pólos de ensino	(882)	(116)	-	(998)	-	-	(998)
Alocação do preço de compra - Unifran							
Marca Unifran	(1.568)	(449)	-	(2.017)	(449)	-	(2.466)
Carteira de alunos - Graduação	(12.838)	(3.669)	-	(16.507)	-	-	(16.507)
Carteira de alunos - Outros	(2.821)	(206)	-	(3.027)	(206)	-	(3.233)
Pólos de ensino	(2.109)	(602)	-	(2.711)	(301)	-	(3.012)
Alocação do preço de compra - FASS							
Relacionamento com clientes	(187)	(102)	-	(289)	(102)	-	(391)
Cláusula de não concorrência	(330)	(180)	-	(510)	(180)	-	(690)
Alocação do preço de compra - Colégio São Sebastião							
Relacionamento com clientes	(191)	(104)	-	(295)	(104)	-	(399)
Cláusula de não concorrência	(104)	(55)	-	(159)	(56)	-	(215)
Alocação do preço de compra - Ceunsp							
Marca	(410)	(410)	-	(820)	(410)	-	(1.230)
Relacionamento com clientes	(1.216)	(1.218)	-	(2.434)	(1.217)	-	(3.651)
Cláusula de não concorrência	(1.636)	(1.634)	-	(3.270)	(1.634)	-	(4.904)
Alocação do preço de compra - Veritas							
Carteira de Clientes Santa Rita	-	-	-	-	(1.370)	-	(1.370)
Carteira de Clientes Cesuca	-	-	-	-	(120)	-	(120)
Marca Santa Rita	-	-	-	-	-	-	-
Licenças MEC Santa Rita	-	-	-	-	-	-	-
Licenças MEC Cesuca	-	-	-	-	-	-	-
Alocação do preço de compra - Unipe							
Marca	-	-	-	-	(525)	-	(525)
Credenciamento e Licenças de Operação MEC	-	-	-	-	-	-	-
Cláusula de não concorrência	-	-	-	-	(119)	-	(119)
Força de trabalho	-	-	-	-	(1.071)	-	(1.071)
Softwares	(7.511)	(5.818)	122	(13.207)	(6.085)	-	(19.292)
Total da Amortização	(50.652)	(15.075)	122	(65.605)	(14.461)	-	(80.066)
Total	442.818	(9.441)	(7.762)	425.615	(3.518)	505.705	927.802

Os ativos classificados como "Software" correspondem à aquisição e custos de implementação de softwares operacionais da Companhia e suas controladas, sua taxa de amortização é fixada em 20% anuais para aquisições de sistemas de software sem prazo de vigência e 100% anuais para aquisições de sistemas de software com vigência de 12 meses.

Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente.

As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida, de acordo com estudo preparado por empresa independente será submetido também anualmente à análise de recuperabilidade (teste de *impairment*).

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações.

A Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou *impairment*. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

A Companhia considera como Unidade Geradora de Caixa (Business Unit) a gestão acadêmica, comercial e administrativa das unidades, cada entidade existente, conforme disposto no item 6, do CPC 01 (R1). Para 31 de dezembro de 2018 após as aquisições realizadas pela suas controladas Unifran e Unicid a Companhia revisou as alocações das UGCs conforme demonstrado abaixo:

Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"s)	UGCs em 31/12/2018	UGCs em 31/12/2017
Módulo	Litoral Norte	Módulo
UDF	UDF	UDF
Unicid	Unicid	Unicid
Unifran	Unifran	Unifran
FASS	Litoral Norte	FASS+Colégio
Colégio São Sebastião	Litoral Norte	FASS+Colégio
CEUNSP	Ceunsp	Ceunsp
Veritas	Sul	-
Ipê Educacional	Nordeste	-
Ipê Patrimonial	Nordeste	-

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A mudança nas UGCs Módulo, FASS e Colégio para uma única UGC (Litoral Norte), foi dado devido a circunstancia da gestão acadêmica, comercial e administrativa deste UGCs ser única. Apesar da mudança nenhum efeito de provisão para perda por desvalorização foi identificada em ambos os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados (2018 e 2017)

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa média de desconto, e ganho de margem anual pelo período de 5 anos, conforme abaixo:

<u>Ágio na aquisição de participações</u>	<u>Taxa média de desconto</u>	<u>Valor residual do ágio em 31/12/2018</u>	<u>Taxa média de desconto</u>	<u>Valor residual do ágio em 31/12/2017</u>
Módulo	8,5%	9.026	14.4%	9.026
UDF	8,5%	43.251	14.4%	43.251
Unicid	8,5%	126.789	14.4%	126.789
Unifran	8,5%	107.924	14.4%	107.924
FASS	8,5%	7.728	14.4%	7.728
Colégio São Sebastião	8,5%	3.028	14.4%	3.028
CEUNSP	8,5%	63.219	14.4%	63.219
Veritas	8,5%	158.275	-	-
Grupo Unipê	8,5%	169.026	-	-

Taxa de desconto

A taxa de desconto das unidades geradoras de caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos destas UGCs e na média ponderada do custo de capital da Companhia.

Taxa de crescimento

Foi utilizado um período de cinco anos nas projeções dos fluxos de caixa das UGCs. A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superiores a cinco anos, dado sua experiência e capacidade de gestão, na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Crescimento do EBITDA projetado

O EBITDA projetado e apresentado em bases de crescimento composto anual dos planos de negócio utilizados para fins de avaliação do valor recuperável foram baseados na experiência da Administração e ajustado pelos seguintes fatores:

- Crescimento de receita através de inserção de novos produtos e serviços, reposicionamento de preços e captação de alunos advindos de novas praças;
- Ganhos de margem operacional, como participação da receita, através da inserção das melhores práticas de gestão, ganhos de escala através de renegociação com fornecedores, contínua maturação dos cursos nos campus adquiridos e desenvolvimentos de novos produtos e serviços com margens mais elevadas.

Análise de sensibilidade das premissas

A Administração identificou duas premissas principais, que são números de alunos e reajuste de mensalidades, para as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar no fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável.

A recuperabilidade total do ágio requer taxas médias anuais de crescimento da receita de 3,0% e ganhos de margem anuais de 0,8%, principalmente pela consideração de unidades adquiridas na sua fase pré-operacional ou com baixo volume de alunos, as taxas de crescimento de receita satisfazem o valor estipulado, uma vez que a base inicial de alunos é baixa se comparado a maturação.

Os ganhos de margem são satisfatoriamente condizentes com as premissas de crescimento do EBITDA projetado, uma vez que as UGCs quando adquiridas não apresentam gestão administrativa centralizada, como também possibilita a diluição de custos através de ganhos de escala pelo crescimento de receita e introdução das melhores práticas de custo da Companhia.

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas.

Valorização da carteira de alunos

A valorização da carteira de alunos foi estimada através do método de Fluxo de Caixa Descontando, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa destes alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para geração deste resultado.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Licenças MEC

As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. O método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando o cenário de geração de fluxos de caixa atual e outro considerando uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Foi considerado um taxa de desconto de 14,0% a.a. para um período de projeção de 5 anos a partir da data-base, com perpetuidade.

Foram consideradas as informações gerenciais fornecidas pela administração:

- Quantidade de alunos: Foi projetado um crescimento no número de alunos considerando uma taxa de crescimento de 3,0% a.a.;
- Mensalidade: considerou-se o preço verificado nas demonstrações gerenciais na data-base da avaliação corrigido pela inflação IPCA por todo o período projetivo;
- Foi considerado um crescimento gradual do número de alunos até atingir o mesmo número observado no primeiro cenário ao final do período de projeção;
- Por conta da licença não ter vencimento e gerar benefícios futuros, considerou-se uma vida útil indefinida.

11. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017
Capital de giro	(a) Taxa CDI + taxa pré até 0,35% a.m.	-	36.813
Capital de giro em USD	(a) Variação cambial + cupom até 3,2% a.a.	-	9.440
Contratos de <i>swap</i>	(b) Taxa CDI + taxa pré até 3,72% a.a.	-	3.096
Conta garantida	(c) Taxa CDI + 6,17% a.a.	442	440
Contratos de arrendamento mercantil	(d) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	75	191
Contratos FINAME	(e) Taxa pré 0,3274% a.m acima TLPJ	33	34
		550	50.014
Circulante		550	50.014

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017
Capital de giro	(a) Variação CDI + taxa pré até 1,13% a.m.	24.243	34.131
CCB Cédula de Crédito Bancário	(b) Variação CDI + taxa fixa de 1,40% a.a	30.096	-
Capital de giro em USD	(a) Variação cambial + cupom até 3,2% a.a.	3.435	17.814
Contratos de <i>swap</i>	(c) Taxa CDI + taxa pré até 3,72% a.a.	(27)	3.956
Conta garantida	(d) Taxa pré-fixada até 6,17% a.m.	579	680
Contratos de arrendamento mercantil	(e) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	1.037	1.579
Contratos FINAME	(f) TJPL + taxa pré 0,3274% a.m. acima TLPJ	33	34
		59.396	58.194
Circulante		16.471	54.823
Não circulante		42.925	3.371

- (a) Refere-se aos empréstimos para o capital de giro, os quais estão sendo utilizados para expansão das atividades da Companhia;
- (b) A controlada a Secid celebrou uma Cédula de Crédito Bancário de R\$30.000 com o Banco Itaú Unibanco S.A. em 17 de dezembro de 2018;
- (c) A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte americanos e taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos tem o prazo total da dívida e protegem os juros e o principal e são assinados nos mesmos prazos e mesma contraparte da dívida;
- (d) Conta garantida junto ao Banco Santander (Brasil) S.A.;
- (e) Refere-se substancialmente à aquisição de bens por meio de arrendamento mercantil;
- (f) Captação de linha de crédito (FINAME) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) para construção de um ginásio esportivo e aquisição de equipamentos

Garantias

A garantia prestadas par a os contratos de empréstimos para capital de giro estão compostas por recebíveis. Há 4.447.462 quotas de titularidade da Companhia, correspondente a 99.40% do capital da controladora Módulo que se encontram alienadas fiduciariamente ao Banco Bradesco S.A. de acordo com os termos e condições previstos na Cédula de Crédito Bancário. Os contratos de arrendamento mercantil têm como garantia o próprio bem adquirido. A garantia da conta garantida é a própria carteira de títulos a receber mantida na instituição financeira.

A garantia prestadas para os contratos de empréstimos estão compostas por recebíveis. Há 19.167.653 quotas de titularidade da Companhia, correspondente a R\$3.051 do capital da controladora Unipê que se encontram alienadas fiduciariamente ao Banco Safra S.A. de acordo com os termos e condições previstos na Cédula de Crédito Bancário. A controlada Unipê possui garantias com os depósito a prazo representado pelo Banco do Brasil e estão vinculadas à conta da Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$90. Com o Banco Santander a garantia está no fundo de aplicação no valor de R\$3.000. O contrato de prestação educacional é igual a 100% do saldo devedor da operação garantida.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A parcela não circulante, em 31 de dezembro de 2018 apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2020	9.074
2021	33.851
Total	42.925

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas (“covenants”) de vencimento antecipado ou de liquidação, dos quais resumidamente especificamos a seguir:

- se a Companhia requerer recuperação judicial ou extrajudicial, se houver o requerimento da sua falência ou na eventualidade de se verificar qualquer outro evento indicador de mudança do estado econômico-financeiro da Companhia;
- se for movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as garantias ou os direitos creditórios da Companhia;
- se a Companhia ou seus avalistas vier a inadimplir quaisquer de suas obrigações ou sofrerem protesto legítimo de títulos, sem que haja a substituição dos avalistas que vier a encontrar-se em qualquer das situações anteriores;
- se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle da titularidade das ações da Companhia, incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária.

Companhia Cláusulas restritivas (“Covenants”)

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, o resultado da relação entre a dívida líquida e o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization” - EBITDA da Controladora Unipê não poderá ser superior a 2x. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a controladora Unipê atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Debêntures

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
1ª Emissão – Debentures – Cruzeiro do Sul	(a) Taxa CDI + 1,80% a.a.	54.686	69.896	54.686	69.896
1ª Emissão – Debentures – ACEF	(b) Taxa CDI + 2,85% a.a.	-	-	97.548	121.759
2ª Emissão – Debentures – ACEF	(c) Taxa CDI + 1,60% a.a.	-	-	304.901	
1ª Emissão – Debentures - SECID	(d) Taxa CDI + 1,40% a.a.	-	-	336.547	
		54.686	69.896	793.682	191.655
Circulante		15.280	15.292	51.076	39.451
Não circulante		39.406	54.604	742.606	152.204

- a) Em 02 de dezembro de 2013, visando recursos para expansão e aquisição, foi celebrado “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em da Série com Garantia Real, em Série única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, no valor de R\$85.000, por meio da emissão de 8.500 debêntures, com valor unitário de R\$10 (“Valor Nominal Unitário”) em 13 de dezembro de 2013 (Data de Emissão). As debêntures são simples, não conversíveis em ações da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 7 anos contados a partir da data de emissão, com vencimento em 13 de dezembro de 2020. Este valor será amortizado mensalmente em 48 parcelas mensais e consecutivas durante a vigência do contrato a serem pagas todo dia 13 de cada mês, a partir de 13 de janeiro de 2018, sendo amortizada por parcela, da 1ª até a 47ª, a razão de 1,489996% do valor nominal líquido, e a 48ª parcela a razão de 29,969996%, totalizando assim 100% de amortização do Valor Nominal. A remuneração será paga da seguinte forma: i) com relação às seis primeiras parcelas, estas serão pagas semestralmente, a partir de 13 de junho de 2015; e ii) as demais parcelas seguintes serão pagas mensalmente, nas mesmas datas de pagamento da parcela de amortização a partir do dia 13 de janeiro de 2018. A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 1,80% a.a.

Garantias

A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da ACEF decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) alienação fiduciária da totalidade das ações da ACEF S.A.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Em 19 de abril de 2016, visando recursos para expansão e aquisição, foi celebrado “Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Serie Única, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos” de emissão da ACEF S.A., no valor de R\$122.000, por meio da emissão de 122 debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000 (“Valor Nominal Unitário”) em 09 de maio de 2016 (Data de Emissão). As debêntures são simples, não conversíveis em ações da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 67 meses e 13 dias contados a partir da data de emissão, com vencimento em 22 de dezembro de 2021. O valor nominal unitário será amortizado em 8 parcelas semestrais e consecutivas durante a vigência do contrato, a serem pagas todo dia 22 de junho e de dezembro, a partir de 22 de junho de 2018, sendo amortizada por parcela, da 1ª até a 7ª, a razão de 10% do valor nominal unitário, e a 8ª parcela a razão do saldo do valor nominal unitário, totalizando assim 100% de amortização do valor nominal. A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e *juros de 2.85% a.a.*

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, o resultado da relação entre a dívida líquida e o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization” - EBITDA da Controladora não poderá ser superior a 3x. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a controladora atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Garantias

A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio LTDA., decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) alienação fiduciária da totalidade das quotas da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio LTDA; (iii) alienação fiduciária do imóvel da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio LTDA localizado na cidade de Salto, Estado de São Paulo, e registrado soa a matrícula no 32.877, do Cartório do Registro de Imóveis da Cidade e Comarca de Salto; e (iv) fiança de sua controladora, Cruzeiro do Sul Educacional S.A., que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) Em 17 de setembro de 2018, visando recursos para expansão e aquisição, foi celebrado o “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Distribuição” de emissão da ACEF S.A., no valor de R\$300.000, por meio da emissão de 3.000 debêntures, com valor unitário de R\$1.000 (“Valor Nominal Unitário”) em 24 de setembro de 2018 (Data de Emissão). As debêntures são simples, não conversíveis em ações da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 78 meses a partir da data de emissão, com vencimento em 24 de março de 2025. O valor nominal unitário será amortizado em 10 parcelas semestrais e consecutivas durante a vigência do contrato, a serem pagas todo dia 24 de março e de setembro, a partir de 24 de março de 2019, sendo amortizada por parcela, da 1ª até a 9ª, a razão de 7,7800% do valor nominal unitário, e a 10ª parcela a razão de 30,0000% totalizando assim 100% de amortização do valor nominal. A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 1.60% a.a.

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, o resultado da relação entre a dívida líquida e o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization” - EBITDA da Fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional S.A., não poderá ser superior a 3x. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a fiadora atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Garantias

A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Santa Rita e CESUCA decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) eventual fração, se houver necessidade de completo do valor mínimo, dos direitos creditórios da titularidade da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (iii) alienação fiduciária das ações da Santa Rita e Veritas; (iv) alienação fiduciária das quotas da Santa Tereza, São Bento e CESUCA; e (v) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d) Em 27 de agosto de 2018, visando recursos para expansão e aquisição, foi celebrado o “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, Em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A., no valor de R\$330.000, por meio da emissão de 330.000 debêntures, com valor unitário de R\$1.000 (“Valor Nominal Unitário”) em 10 de setembro de 2018 (Data de Emissão). As debêntures são simples, não conversíveis em ações da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 7 anos a partir da data de emissão, com vencimento em 10 de setembro de 2025. O valor nominal unitário será amortizado em 9 parcelas semestrais e consecutivas durante a vigência do contrato, a serem pagas todo dia 10 de março e de setembro, a partir de 10 de setembro de 2021, sendo amortizada por parcela, da 1ª a razão de 12,50% do valor nominal unitário, 2ª e 3ª a razão de 6,25% do valor nominal unitário, 4ª até 7ª a razão de 11,25% do valor nominal unitário, e a 9ª e 10ª parcela a razão de 15,0000% totalizando assim 100% de amortização do valor nominal. A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 1.40% a.a.

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, o resultado da relação entre a dívida líquida e o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization” - EBITDA da fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional S.A., não poderá ser superior a 3,5x até 2020 e 3x após 2020. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a fiadora atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Garantias

A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da IPÊ Educacional LTDA., decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) alienação fiduciária das quotas da IPÊ Educacional LTDA.; e (iii) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2018, a parcela não circulante apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2020	15.198	62.878
2021	24.208	160.938
2022		87.930
Acima de 2022	-	430.860
Total	39.406	742.606

13.Obrigações de arrendamento mercantil

	<u>Consolidado</u>			
	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Valor presente	Valor presente	Valor presente	Valor presente
	Pagamentos dos mínimos	Pagamentos dos mínimos	Pagamentos dos mínimos	Pagamentos dos mínimos
Dentro de um ano	1.282	3.360	1.282	2.623
Entre um ano e cinco anos	61.556	25.018	64.616	27.317
Total arrendamento mercantil	62.838	28.378	65.898	29.940
Encargos financeiros(i)	(34.460)	-	(35.958)	-
Valor presente	28.378	28.378	29.940	29.940
Circulante	1.282	-	1.282	-
Não circulante	27.096	-	28.658	-

- (i) Em 31 de dezembro de 2018 foi apropriado ao resultado do exercício como resultado financeiro o montante de R\$1.798 (R\$1.498 em 31 de dezembro de 2017), a descrição da operação foi detalhada na nota explicativa 19.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários a pagar	12.517	12.356	24.346	21.387
Provisão para férias e encargos	8.249	3.036	36.041	11.477
FGTS a recolher	412	861	2.500	2.742
INSS a recolher	2.121	2.260	8.898	7.695
Outras obrigações	29	92	435	1.194
Total	23.328	18.605	72.220	44.495

15. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRRF a recolher	1.258	3.089	4.600	8.299
Impostos retidos	327	607	1.909	1.039
ISS a recolher	908	1.247	5.914	4.626
IRPJ e CSLL	-	-	2.432	1.975
PIS e COFINS a recolher	223	357	1.389	1.111
ITBI a recolher	-	-	7.635	-
Parcelamentos	48	150	48.038	33.742
Total	2.764	5.450	71.917	50.792
Circulante	2.764	5.410	31.678	23.049
Não circulante	-	40	40.239	27.743

Em 31 de dezembro de 2018 os saldos de parcelamentos são representados por:

Demonstrativo de parcelamento	Unicid	Unicid	CSE	Unifran	Unipê	Unifran	FASS	Colégio	Unipê	Unipê	Total
	(a)	(b)	(b)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e)	(e)	(f)	
Valor original	650	49.866	237	1.475	12.363	6.323	561	265	213	430	72.382
(-) Pagamentos		(10)		(321)	(9.726)	-	-		-		(10.057)
Multa	130	-	9	-	9.272	-	91	65	64	34	9.665
Juros	505	-	161	-	24.943	-	15	-	-	13	25.636
Encargos	140	-	-	-	2.846	-	-	-	-	40	3.026
Saldo consolidado	1.425	49.856	407	1.154	39.698	6.323	667	330	277	517	100.653
(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros	(633)	(9.364)	-	(334)	(19.750)	-	-	-	-	-	(30.081)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	-	(8.565)	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.565)
Saldo a pagar	792	31.927	407	820	19.948	6.323	667	330	277	517	62.008
(+) Atualização	46	22.588	111	759	6.609	8.908	57	60	155	587	39.881
(-) Pagamentos	(742)	(28.497)	(470)	(1.341)	(7.390)	(13.651)	(541)	(343)	(315)	(561)	(53.850)
Saldos a pagar em 31/12/2018	96	26.018	48	238	19.168	1.580	183	47	117	543	48.038

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2017 os saldos de parcelamentos são representados por:

Demonstrativo de parcelamento	Unicid	Unicid	CSE	Unifran	Unifran	FASS	Colégio	Total
	(a)	(b)	(b)	(b)	(d)	(e)	(e)	
Valor original	650	49.866	237	1.475	6.323	561	265	59.377
(-) Pagamentos		(10)		(321)	-	-		(331)
Multa	130	-	9	-	-	91	65	295
Juros	505	-	161	-	-	15	-	681
Encargos	140	-	-	-	-	-	-	140
Saldo consolidado	1.425	49.856	407	1.154	6.323	667	330	60.162
(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros	(633)	(9.364)	-	(334)	-	-	-	(10.331)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	-	(8.565)	-	-	-	-	-	(8.565)
Saldo a pagar	792	31.927	407	820	6.323	667	330	41.266
(+) Atualização	146	21.670	100	749	8.643	22	28	31.358
(-) Pagamentos	(663)	(23.917)	(357)	(1.227)	(12.082)	(386)	(250)	(38.882)
Saldos a pagar em 31/12/2017	275	29.680	150	342	2.884	303	108	33.742

a) Parcelamento Incentivado Municipal – PPI, regido pela Lei nº 14.129, de 11 de janeiro de 2006, destinado a regularizar débitos tributários em todas as esferas do Município de São Paulo gerados até 2004, com atualização monetária e juros de mora por mês. A Unicid aderiu em 2009 optando por 120 parcelas.

b) Parcelamento Federal - REFIS IV, instituído pela legislação:

- Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, possibilitando o parcelamento de todos os débitos Federais em todas as esferas, vencidos até 2008, caso débitos em discussão judicial obrigatória desistências para adesão. As reduções com percentuais variáveis de acordo com a quantidade de parcelas optadas, sendo multa, juros, honorários e encargos, possibilitando a utilização para abatimentos da dívida com prejuízos fiscais e base negativa, caso existente. A consolidação de iniciativa da Receita Federal do Brasil ocorreu em 2011. As controladas Unicid, Unifran e Unipê aderiram ao parcelamento em 2009, optando por 180 parcelas.

Reaberturas do parcelamento REFIS - Em todos os períodos habilitados aplicava-se as mesmas reduções, benefícios e tipos de débitos permitidos, variando as reduções de acordo com a modalidade da quantidade de parcelas optadas:

- Lei 12.865, de 9 de outubro de 2013 - abrangendo possibilidade de inclusão dos débitos vencidos até 2008. A controlada Unipê aderiu em 2013, optando por 180 meses.

- Lei 12.996, de 18 de junho de 2015, abrangendo possibilidade de inclusão dos débitos vencidos até 2013. A Companhia aderiu em 2015, optando por 60 parcelas.

c) Parcelamento Federal: Pert – acomodado pela Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, onde apresenta a possibilidade de parcelamento dos débitos vencidos até 2017 de todas as esferas Federais, com as reduções e percentuais variáveis de acordo com a quantidade de parcelas optadas, sendo multa, juros, honorários e encargos, possibilitando a utilização para abatimentos da dívida com prejuízos fiscais e base negativa, caso existente. A controlada Unipê aderiu em 2017, optando por 145 parcelas.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d) Parcelamento Município de Franca - PPI: Lei Complementar 116 de 22 de maio de 2007, possibilitando parcelamentos de débitos tributários em qualquer esfera Municipal, incorrendo atualização monetária, multa e juros de mora. A controlada Unifran aderiu ao parcelamento em 2009, com a opção em 120 parcelas.
- e) Parcelamento Federal – Parcelamento Simplificado: regido pela Lei 10.522 de 19 de Julho de 2002, sem redução na multa e juros, com atualizações realizadas pelo saldo, com base na taxa SELIC/mês. A controlada FASS com adesão em 2011, e as controladas Colégio e Unipê com adesão em 2015, todas optaram por pagamentos em 60 parcelas.
- f) Parcelamento FGTS – definido pela Resolução CCFGTS Nº 765 de 09 de dezembro de 2014, permitindo parcelar débitos em qualquer esfera oriundos de FGTS, sem reduções, com atualizações pelo saldo remanescente através da Taxa Referencial, juros 3% ao mês e Multa de 8% na data da apuração do débito. A controlada Unipê aderiu em setembro de 2014 referente dívida de 2005, em 180 parcelas e referente a dívida de 2009 aderiu em setembro de 2016, em 60 parcelas.

16. Partes relacionadas

Controladora

	31/12/2018		31/12/2017	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Com controladas				
ACEF S.A. (a)	21.322	-	-	-
Outras partes relacionadas				
Motriz Participações Ltda. (b)	61	(738)	62	(708)
FP incorporadora Ltda. (b)	309	(3.713)	311	(3.733)
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (b)	411	(4.922)	412	(4.926)
	781	(9.373)	785	(9.367)
Circulante	781	-	785	-
Não Circulante	21.322	-	-	-

Consolidado

	31/12/2018		31/12/2017	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Outras partes relacionadas				
Motriz Participações Ltda. (b)	812	(9.739)	814	(6.115)
FP incorporadora Ltda. (b)	309	(3.713)	311	(3.733)
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (b)	621	(7.450)	624	(7.395)
	1.742	(20.902)	1.749	(17.243)

(a) Os contratos de mútuo entre Controladora e Controladas não tem juros pré-definidos e nem vencimento definido;

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Refere-se as despesas de aluguéis dos seguintes imóveis: Campus São Miguel Paulista, Anália Franco e Pinheiros, Ginásio de Esportes, Clínica Veterinária, UDF, Módulo e Campus Ceunsp – Salto.

(c) A Controlada CEUNSP celebrou um contrato de compromisso de compra e venda de um bem imóvel com a Motriz Participações Ltda, o valor do ganho de capital foi contabilizado como receitas diferidas conforme Nota 19.

Os contratos de aluguéis foram celebrados considerando os preços cobrados na média por imóveis do mesmo porte e na mesma região, baseados em laudos emitidos por empresas especializadas.

Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações é de responsabilidade da Assembleia Geral, fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores. Em dezembro de 2018, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$7.444 (R\$4.410 em dezembro de 2017), a qual está dentro dos limites aprovados em assembleia de geral juntamente com as contas anuais em consonância com o orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração. A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

17. Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, nos casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as contingências provisionadas estão relacionadas a processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir

A movimentação da provisão para demandas judiciais está descrito abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Processos cíveis	2.592	5.071	6.552	8.726
Processos trabalhistas	2.835	1.121	17.671	12.805
Total	5.427	6.192	24.223	21.531

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		
	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.109	1.173	6.282
Adições / (Reversões)	(38)	(53)	(91)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.071	1.120	6.192
Adições / (Reversões)	(2.479)	1.715	(764)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.592	2.835	5.427

	Consolidado				Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributário	Reclassificação	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.851	11.522	-	-	18.373
Adições / (Reversões)	1.875	1.283	-	-	3.158
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.726	12.805	-	-	21.531
Adições / (Reversões)	(2.544)	1.866	-	-	(678)
Reclassificação para outras contas a pagar	-	-	-	(5.803)	(5.803)
Combinações de Negócios	370	3.000	5.803	-	9.173
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.552	17.671	5.803	(5.803)	24.223

As obrigações acessórias entregues pela Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais.

Processos cíveis com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$6.552 em 31 de dezembro de 2018 (sendo R\$8.726 em 31 de dezembro de 2017).

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados, de natureza acadêmica e operacional.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ações relevantes

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública em 2007 contra a Módulo, Cruzeiro do Sul, e diversas outras Universidades do Estado de São Paulo questionando a cobrança de taxa de emissão de diploma. A ação foi julgada parcialmente procedente somente para que as universidades não mais cobrassem taxas para expedição de diplomas. Em segunda instância, as universidades foram condenadas também a devolver, em dobro, os valores cobrados de alunos e ex-alunos no período de cinco anos anteriores à citação na ação, acrescidos de juros e correção monetária. Foi interposto recurso pelas universidades e o processo encontra-se no STJ para reexame da matéria. Foi estimado e provisionado o valor total de R\$2.184 (R\$1.975 em 31 de dezembro de 2017) para suportar perdas nesse processo.

O Polo Campinas - Serviços Educacionais LTDA - EPP ajuizou ação de Rescisão Contratual c/c Indenização por Perdas e Danos em 2016 contra a ACEF, pleiteando ressarcimento dos investimentos, indenização e lucros cessantes pela rescisão da parceria para ofertar cursos a distância. Foi estimado e provisionado o valor total de R\$786 para suportar perdas nesse processo.

Processos tributários com perda provável

As provisões tributárias são principalmente decorrentes de discussões administrativas e judiciais referentes a imunidade tributária e contribuições sociais. Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e administrativa, bem como o risco de cada ação.

Processos trabalhistas com perda provável

Os processos trabalhistas discutem em geral horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo intra e interjornada, diferenças de salário por redução de carga horária de docentes e indenizações por não cumprimento de acordo coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R\$17.671 em 31 de dezembro de 2018 (R\$12.805 em 31 de dezembro de 2017).

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ressarcimento para perdas cíveis, tributários e trabalhistas

Parte dos processos da controlada SECID referem-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da SECID, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo então contingências de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da SECID, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes. Além do desembolso efetuado com base no percentual de responsabilidade da nova gestão, ao passo que o desembolso residual fica a cargo dos patronos dos ex-proprietários.

Parte dos processos da controlada ACEF referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da ACEF, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos que excedam o valor de R\$14.000 para Perdas Materializadas e R\$14.000 para Perdas Não Materializadas, da mesma forma, a Companhia possui garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da ACEF, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

Parte dos processos da controlada CEUNSP referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da CEUNSP, anteriores à aquisição pela ACEF, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, a Companhia e suas subsidiárias possuem garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser reembolsadas ou compensadas com retenção de pagamentos advindos do preço de aquisição ou de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários do CEUNSP, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

A maioria dos processos das controladas Veritas, Santa Rita e Cesuca, referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários das adquiridas, anteriores à aquisição pela ACEF, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Periodicamente as perdas definitivas nesses processos, são apuradas e lançadas em Conta Gráfica para os ressarcimentos, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

A maioria dos processos da controlada IPÊ Educacional referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da Unipê, anteriores à aquisição pela SECID, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, são apuradas e lançadas em Conta Gráfica para os ressarcimentos, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processos com perda possível

A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não possuem provisão registrada conforme apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Processos cíveis	3.892	3.204	14.085	11.041
Processos tributários	126.013	28.008	141.987	42.048
Processos trabalhistas	114	39	7.044	3.215
Total	130.019	31.251	163.116	56.304

Processos cíveis com perda possível

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2018, era de R\$14.085 (R\$11.041 em 31 de dezembro de 2017).

Dentre vários processos cíveis com risco de perda possível podemos destacar:

Há processo contra a SECID pleiteando indenização e lucros cessantes por rescisão da parceria de Polo EAD de Diadema, em razão de suposta quebra de contrato. Foi estimado e provisionado o valor total de R\$500 para suportar todas perdas nesse processo.

Processos tributários com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$141.987 em 31 de dezembro de 2018 (R\$42.048 em 31 de dezembro de 2017).

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dentre vários processos tributários com risco de perda possível podemos destacar:

Há certos processos movidos pela Prefeitura do Municipal de São Paulo contra a Controladora, discutindo o cumprimento dos requisitos básicos para manutenção da imunidade tributária dos períodos de 2008 a 2011, totalizando o valor de R\$92.709. A instituição apresentou defesa em todos os processos, além de garantir o juízo por meio de seguro garantia.

Há certos processos administrativos movidos pela Receita Federal contra a ACEF discutindo principalmente verbas que integram base de cálculo para recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias, entre outros, somando risco possível desses processos em R\$11.527. A instituição apresentou defesa em todos os processos e aguarda-se decisão final administrativa. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição da Companhia por sua controladora atual, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários.

Processos trabalhistas com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$7.044 em 31 de dezembro de 2018 (R\$3.215 em 31 de dezembro de 2017).

18. Obrigações por aquisições de participações societárias.

	Consolidado
Saldos em 31/12/2016	10.723
(+) Juros	(53)
(-) Pagamentos	(2.655)
(=) Saldo em 31/12/2017	8.015
(+) Aquisição	118.237
(+) Juros	2.935
(-) Pagamentos	(38.345)
(+) Combinação de negócios	36.377
(=) Saldo em 31/12/2018	127.219
Circulante	19.598
Não Circulante	107.621

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.Receita diferida

	Consolidado
Saldos em 31/12/2016	-
(+) receita diferida com venda de imóvel	14.442
(-) Apropriações	(602)
Saldos em 31/12/2017	13.840
(-) Apropriação	(722)
Saldos em 31/12/2018	13.118
Circulante	842
Não Circulante	12.276

Propriedade de arrendamento mercantil

A controlada indireta Ceunsp celebrou em 20 de março de 2018 o compromisso de venda e compra de bem imóvel com Motriz Participações Ltda, em seguida realizou o arrendamento do imóvel, no mesmo dia, essa operação foi tratada com o conceito de que trata o CPC 06, sendo o contrato de arrendamento realizado com o prazo de vinte anos.

O valor da venda foi de R\$25.500 com recebimento de acordo com o fluxo de pagamento estipulados em contrato. O ganho de capital com o arrendamento foi de R\$14.442, sendo está receita contabilizada em receitas diferidas, para apropriações mensais durante 20 anos.

20. Mudanças nos passivos

	Controladora				
	31 de dezembro de 2018				
	Em 1º de janeiro de 2018	Fluxos de caixa	Juros + Var. Camb. e Monetárias	Outros (*)	Em 31 de dezembro de 2018
Empréstimos e financiamentos circulante	50.014	(50.864)	1.400	-	550
Empréstimos e financiamentos não circulante	-	-	-	-	-
Debêntures a pagar circulante	15.292	(20.253)	5.043	15.198	15.280
Debêntures a pagar não circulante	54.604	-	-	(15.198)	39.406
Total	119.910	(71.117)	6.443	-	55.236

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2018						
	Em 1º de janeiro de 2018	Fluxos de caixa	Juros + Var. Camb. e Monetárias	Novas captações	Combinação de Negócios	Outros (*)	Em 31 de dezembro de 2018
Empréstimos e financiamentos circulante	54.823	(98.170)	3.558	30.000	65.814	(39.554)	16.471
Empréstimos e financiamentos não circulante	3.371	-	-	-	-	39.554	42.925
Debêntures a pagar circulante	39.451	(67.053)	39.080	630.000	-	(590.402)	51.076
Debêntures a pagar não circulante	152.204	-	-	-	-	590.402	742.606
Obrigações de arrendamento mercantil circulante	1.282	(3.360)	1.798	-	-	1.562	1.282
Obrigações de arrendamento mercantil não circulante	28.658	-	-	-	-	(1.562)	27.096
Obrigações por aquisição de participação societária circulante	3.015	(615.390)	4.544	693.674	-	(102.622)	19.598
Obrigações por aquisição de participação societária não circulante	5.000	-	-	-	36.376	102.622	107.621
Derivativos (swap)	385	-	-	-	-	(385)	-
Total	288.189	(783.973)	48.980	1.353.674	102.190	(385)	1.008.675

(*) Efeito não caixa

	Controladora					
	31 de dezembro de 2017					
	Em 1º de janeiro de 2017	Fluxos de caixa	Juros + Var. Camb. e Monetárias	Novas captações	Outros (*)	Em 31 de dezembro de 2018
Empréstimos e financiamentos circulante	27.217	(18.552)	6.997	-	34.352	50.014
Empréstimos e financiamentos não circulante	34.352	-	-	-	(34.352)	-
Debêntures a pagar circulante	15.621	(24.408)	8.881	-	15.198	15.292
Debêntures a pagar não circulante	69.802	-	-	-	(15.198)	54.604
Total	146.992	(42.960)	15.878	-	-	119.910

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					Em 31 de dezembro de 2018
	31 de dezembro de 2017					
	Em 1º de janeiro de 2017	Fluxos de caixa	Juros + Var. Camb. e Monetárias	Novas captações	Outros (*)	
Empréstimos e financiamentos circulante	33.510	(25.892)	9.082	-	38.123	54.823
Empréstimos e financiamentos não circulante	41.494	-	-	-	(38.123)	3.371
Debêntures a pagar circulante	15.976	(40.131)	24.486	-	39.120	39.451
Debêntures a pagar não circulante	191.324	-	-	-	(39.120)	152.204
Obrigações por aquisição de participação societária circulante	-	(2.622)	1.498	2.406	-	1.282
Obrigações por aquisição de participação societária não circulante	-	-	-	28.658	-	28.658
Derivativos (swap)	3.223	(2.655)	(53)	-	2.500	3.015
Outros	8.037	-	-	-	(2.652)	5.385
Total	293.564	(71.300)	35.013	31.064	(152)	288.189

21. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia era de R\$138.190 (R\$88.875 em 31 de dezembro de 2017) composto por 7.633.056 (7.633.056 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias, nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas e a composição acionária é demonstrada a seguir:

Acionistas	31/12/2018		31/12/2017	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
D2HFP - Fundo de Investimento em Participações	2.157.687	28,27%	2.157.687	28,27%
Fundo de Investimento e Participações Alfa 7	2.157.687	28,27%	2.157.687	28,27%
Cruze Participações S/A	3.317.682	43,46%	3.317.682	43,46%
	7.633.056	100%	7.633.056	100%

- i. Em 21 de março de 2017, houve a venda das ações da Actis ED Fundo de investimento em participações e acionistas minoritários, que representavam 40,46% das ações, detentores de 3.088.690 ações, para a entrada do fundo Cruze participações, porém o número total de ações não sofreu alteração, permanecendo em 7.633.056 ações.
- ii. Em 14 de abril de 2017, houve aumento de capital de R\$14.225, através da reserva para futuro aumento de capital, porém não houve alteração nas ações, que totalizam 7.633.056 ações.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- iii. Em 26 de outubro de 2017, houve aumento de capital de R\$6.178, através da reserva de retenção de lucros, porém não houve alteração nas ações, que totalizam 7.633.056 ações.
- iv. Em 26 de abril de 2018, houve aumento de capital de R\$49.415, através da reserva para futuro aumento de capital no valor de R\$38.268 e da reserva de lucros no valor de R\$11.147, porém não houve alteração nas ações, que totalizam 7.661.456 ações.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ação.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos.

d) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação.

A destinação do lucro líquido apurado nos exercícios de 2018 e 2017 está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	120.086	94.121
Base para Reserva legal	120.086	94.121
Apropriação para reserva legal (i)	(6.005)	(4.706)
Base para dividendo mínimo obrigatório	114.081	89.415
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	28.520	22.354
Destinação para a reserva de retenção de lucros	51.808	28.793
Reserva para futuro aumento de capital (ii)	20.000	38.268

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) A Administração da Companhia destinou parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal até o montante equivalente a 20% do capital social;
- (ii) O Art. 199 da Lei das S.A. prevê que o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Desta forma, a Administração destinou o montante de R\$20.000 (R\$38.378 em 31 de dezembro de 2017) do saldo da reserva de lucros na forma de aumento de capital a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

Em 26 de abril de 2018 a Companhia aprovou distribuição de dividendos de R\$40.000, sendo R\$22.354 obrigatório e R\$17.646 de adicional do saldo na reserva de lucros (R\$22.354 obrigatório e R\$6.918 de adicional do saldo da reserva de lucros em 14 de abril de 2017).

22. Lucro por ação

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Lucro por ação (básico e diluído)	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	120.086	94.121
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	7.633.056	7.633.056
Lucro por ação em R\$	15,73	12,33

23. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

23.1 Instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e/ou suas controladas as expõem a diversos riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e/ou suas controladas apresentam exposições aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5 e sobre empréstimos e financiamentos e debêntures estão mencionadas nas Notas 11 e 12, respectivamente.

Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2018, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da CDI para as aplicações financeiras, os empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia considerou uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 31 de dezembro de 2018:

Cenário em 31 de dezembro de 2018 (Controladora)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Taxa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Provável</u>	<u>Varição de 25%</u>	<u>Varição de 50%</u>
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI-6,42%)	5.358	5.702	5.616	5.530
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI-6,42%)	550	585	594	603
	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI-6,42%)	54.686	58.197	59.075	59.953

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cenário em 31 de dezembro de 2018 (Consolidado)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Taxa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Provável</u>	<u>Varição de 25%</u>	<u>Varição de 50%</u>
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI-6,42%)	61.554	65.506	64.518	63.530
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI-6,42%)	59.396	63.210	64.163	65.117
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI+1,6%)	793.682	844.644	857.384	870.124
Obrigações de arrendamento mercantil	Dívida (Risco de perda em função do aumento do IGP-M)	(IGPM 7,55%)	28.378	30.521	31.057	31.592

Risco cambial

A exposição da Companhia e/ou suas controladas ao risco de variação nas taxas de câmbio é aplicável principalmente a empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira.

O risco cambial pode impactar significativamente o resultado financeiro líquido da Companhia e/ou suas controladas em função dos empréstimos contratados em moeda estrangeira. Para gerenciar este risco, a Companhia e/ou suas controladas utilizam contratos de swaps.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O risco de crédito dos alunos é administrado pela Companhia e por cada controlada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em Reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos e são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e suas controladas têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e, em aplicações com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente, todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário e operações compromissadas emitidas por estas instituições. A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos em que há risco de ativo desconhecidos.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamento mercantil financeiro. A tabela a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	31/12/2017							
	Controladora				Consolidado			
	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	50.014	-	-	50.014	54.823	3.371	-	58.194
Debêntures	15.292	30.396	24.208	69.896	39.451	79.196	73.008	191.655
Fornecedores	7.918	-	-	7.918	16.608	-	-	16.608
Obrigações tributárias	5.410	40	-	5.450	23.049	15.424	12.319	50.792
Obrigações por aquisição de obrigações societárias	-	-	-	-	3.015	2.500	2.500	8.015
Obrigações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	1.282	1.562	27.096	29.940
Total	78.634	30.436	24.208	133.278	138.228	102.053	114.923	355.204

	31/12/2018							
	Controladora				Consolidado			
	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	550	-	-	550	16.471	42.925	-	59.396
Debêntures	15.280	39.406	-	54.686	51.076	223.816	518.790	793.682
Fornecedores	9.546	-	-	9.546	21.864	-	-	21.864
Obrigações tributárias	2.764	-	-	2.764	31.678	16.850	23.389	71.917
Obrigações por aquisição de obrigações societárias	-	-	-	-	19.598	9.567	98.054	127.219
Obrigações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	1.282	6.720	20.376	28.378
Total	28.140	39.406	-	67.546	141.969	299.878	660.609	1.102.456

Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e um razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante:

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	59.423	54.238
Derivativos	(27)	3.956
Debêntures	793.682	191.655
Obrigações de arrendamento mercantil	28.378	29.940
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(61.554)	(76.410)
(=) Dívida líquida	819.902	203.379
Patrimônio líquido	437.963	377.796
Dívida líquida e patrimônio líquido	1.257.865	581.175

23.2 Valor justo

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros da controladora:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	5.358	4.179	5.358	4.179
Contas a receber	34.830	35.237	34.830	35.237
Outros créditos	7.489	4.080	7.489	4.080
Total	47.677	43.496	47.677	43.496
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	550	46.918	547	49.717
Derivativos	-	3.096	-	3.096
Debêntures	54.686	69.896	54.393	69.521
Fornecedores	9.546	7.918	9.546	7.918
Total	64.782	127.828	64.486	130.252

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros consolidados:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	61.554	76.410	61.554	76.410
Contas a receber	148.016	127.043	148.016	127.043
Outros créditos	54.373	36.441	54.373	36.441
Total	263.943	239.894	263.943	239.894
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	59.423	54.238	55.452	57.848
Derivativos	(27)	3.956	(27)	3.956
Debêntures	793.682	191.655	795.902	190.045
Fornecedores	21.864	16.608	21.864	16.608
Obrigações por aquisição de participação Societária	127.219	8.015	121.683	8.015
Obrigações de arrendamento mercantil (Nota 22)	28.378	29.940	27.068	29.781
Total	1.030.539	304.412	1.021.942	306.253

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.3 Estimativa do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados ou divulgados a valor justo são classificados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo, sendo:

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Empréstimos e financiamentos	-	3.435	-	3.435	-	17.814	-	17.814
Derivativos	-	(27)	-	(27)	-	3.956	-	3.956
	-	3.408	-	3.408	-	21.770	-	21.770

23.4 Instrumentos financeiros derivativos

As operações de swap são classificadas como hedge de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares americanos) convertendo a dívida em moeda local.

Operações desta natureza foram contratadas pela primeira vez no ano de 2015 e consideraram os mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com a mesma instituição financeiras ("contraparte"). Em 31 de dezembro de 2018 o valor referência dos contratos em aberto era R\$3.563 (R\$22.004 em 31 de dezembro de 2017).

As operações de hedge contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (*hedge accounting*), a dívida objeto da proteção é também considerada ao seu valor justo, conforme demonstrado abaixo:

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado			
		Valor de referência	Valor de referência	Valor justo	Valor justo
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Objeto de hedge - dívida (USD + taxa juros fixa)	Variação cambial + 3,20% a.a.	3.563	22.004	3.435	17.814
		3.563	22.004	3.435	17.814
Ponta ativa swap (USD + taxa juros fixa)	Variação cambial + 3,20% a.a.	(3.563)	(22.004)	(3.435)	(17.814)
Ponta passiva swap (CDI + spread)	CDI + 2,94% a.a.	3.563	22.004	3.408	21.770
Posição hedge líquida a pagar / (a receber)		-	-	(27)	3.956
Empréstimos e financiamentos, líquido (apenas contratos protegidos)		-	-	3.408	21.770

Ganhos e perdas realizados e não realizados referente a estes contratos são registrados no resultado financeiro líquido e o saldo a receber pelo seu valor justo era de R\$27 em 31 de dezembro de 2018 (R\$3.956 em 31 de dezembro de 2017) e está registrado na rubrica de “Empréstimos e financiamentos”.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para swap, ambas divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos swaps de cupons cambiais versus CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda também divulgadas pela B3.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Contraparte	Valor de referência	Vigência	Consolidado	
				2018	2017
				Ao valor justo	Ao valor justo
Swap cambial USD x CDI	Itaú BBA	USD 3.000	12/11/2015 a 12/02/2020	(27)	860
Swap cambial USD x CDI	Itaú BBA	USD 3.722	12/11/2015 a 12/02/2020	-	3.096
				(27)	3.956

24. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

- a) A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	122.052	94.121	117.151	96.341
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	(41.498)	(32.001)	(39.831)	(32.756)
Adições:				
Despesas não dedutíveis (i)	(13.427)	(10.675)	(7.834)	(26.327)
Exclusões:				
Outras exclusões (ii)	561	967	2.993	3.821
Equivalência patrimonial	52.398	41.709	-	-
Outros itens:				
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	177	2.473
Isenção – PROUNI	-	-	47.430	50.570
Imposto de renda e contribuição social no resultado no exercício	(1.966)	-	2.935	(2.220)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.700)	-	(6.080)	(2.220)
	(266)	-	9.015	-

(i) Imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal não reconhecido e outras despesas não dedutíveis.

(ii) As principais exclusões são oriundas de estornos das provisões adicionadas anteriormente.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Composição de Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Consolidado

Tributos diferidos ativo	31/12/2018
Prejuízos fiscais e base negativa	1.387
Amortização mais valia	10.122
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita	13.896
Provisão para demandas judiciais	5.082
Diferenças temporárias do lucro real	6.106
Total tributos diferidos ativos	36.593
Tributos diferidos passivo	
Diferenças temporárias do lucro real	(2.738)
Total tributos diferidos passivos	(2.738)
Tributos diferidos, líquidos	33.855

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo por ano de realização:

Consolidado

Faixa de Vencimento	Total	%
2019	5.233	14%
2020	5.073	14%
2021	4.887	13%
2022	4.906	13%
2023 em diante (i)	16.494	45%
	36.593	100%

(i) Os maiores valores de diferidos, são oriundos de amortização mais valia, de empresas adquiridas ainda não incorporadas.

d) Os saldos e a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são demonstrados com seus efeitos no resultado, conforme segue:

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Efeito no resultado			
	31/12/2017	Combinação de Negócios	Adições (ii)	31/12/2018
Ativo				
Prejuízos fiscais e base negativa CSLL (i)	-	-	1.387	1.387
Amortização mais valia	-	4.622	5.500	10.122
IR/CS diferido sobre incorporação reversa				
Santa Rita	-	12.006	1.890	13.896
Provisão de contingência	-	36	5.046	5.082
Diferenças temporárias do lucro real	-	1.313	4.793	6.106
	-	17.977	18.616	36.593
Passivo				
Diferenças Temporárias do lucro Real	-	(2)	(2.736)	(2.738)
	-	(2)	(2.736)	(2.738)

(i) A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização.

A Companhia possui o montante de R\$184.474 e no consolidado temos o montante de R\$76.882, para as controladas Módulo, Colégio e Unipê não sujeitos a prazo prescricional.

Para 2018, conforme Instrução CVM concluímos que a Controladora não apresenta histórico de rentabilidade e projeções à partir de 2018 para as Controladas UDF, SECID, ACEF, FASS e CEUNSP apresentarão lucros tributários correntes, diante dessa análise as mesmas constituíram Ativos Diferidos no encerramento do exercício de 2018.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Receita líquida

A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta				
Cursos de graduação	562.281	444.345	2.200.812	1.697.759
Cursos de pós-graduação	65.367	68.316	95.016	99.333
Cursos técnicos e colégio	13.854	15.608	45.480	45.912
Outras receitas	3.303	2.733	8.381	5.904
	644.805	531.002	2.349.689	1.848.908
Deduções da receita bruta				
Bolsa de estudo e descontos concedidos	(294.299)	(213.388)	(1.005.185)	(776.615)
Devoluções de mensalidades e taxas	(25.647)	(17.147)	(46.699)	(35.273)
Tributos	(10.588)	(10.446)	(40.448)	(30.647)
Receita líquida	314.271	290.021	1.257.357	1.006.373

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários e encargos sociais	(157.652)	(151.007)	(546.757)	(453.132)
Depreciação de imobilizado	(4.284)	(4.242)	(24.115)	(19.250)
Amortização do software	(4.633)	(4.876)	(6.085)	(5.818)
Amortização do intangível	-	-	(8.376)	(9.257)
Aluguel e condomínio	(28.773)	(25.328)	(76.216)	(66.355)
Energia elétrica, água e telefone	(4.281)	(4.064)	(15.709)	(12.763)
Utilidades, limpeza e segurança	(8.286)	(7.330)	(24.386)	(21.190)
Publicidade e propaganda	(25.402)	(28.444)	(62.868)	(46.270)
Serviços de terceiros	(38.305)	(27.467)	(118.668)	(85.646)
Manutenção e reparos	(4.195)	(3.759)	(11.113)	(9.975)
Materiais de consumo	(5.073)	(4.890)	(15.224)	(13.336)
Provisão/Reversão para demandas judiciais	765	90	678	(3.158)
Custos com parceria	(17.461)	(17.416)	(24.492)	(26.860)
Custos pedagógicos	(1.578)	(2.200)	(5.094)	(4.615)
Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	(8.335)	(12.217)	(57.446)	(44.856)
Baixas de imobilizado e intangível	-	(1)	-	(25.626)
Passagens e diárias	(1.644)	(367)	(6.036)	(2.017)
Custos processuais	(708)	(458)	(1.204)	(1.188)
Indenização judicial	(10.817)	(393)	(20.856)	(2.923)
Outras	(2.432)	(3.007)	(13.706)	(1.432)
	(323.094)	(297.376)	(1.037.673)	(855.667)
Classificadas como:				
Custos dos serviços prestados	(219.078)	(203.681)	(731.951)	(579.398)
Despesas gerais e administrativas	(88.800)	(73.867)	(209.700)	(178.657)
Depreciação e amortização	(8.917)	(9.118)	(38.576)	(34.325)
Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	(8.335)	(12.217)	(57.446)	(44.856)
Outras despesas operacionais, líquidas	2.036	1.507	3.122	(18.431)
	(323.094)	(297.376)	(1.037.673)	(855.667)

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Resultado financeiro

27.1. Receitas financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas sobre aplicações financeiras	84	72	4.237	3.475
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	78	405	1.052	1.606
Outras receitas	8	25	543	42
Total das receitas financeiras	170	502	5.832	5.123

27.2. Despesas financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas	-	-	(5.047)	-
Descontos concedidos sobre mensalidades em atraso	(4.617)	(1.822)	(16.894)	(5.960)
Tarifas bancárias	(7.715)	(1.966)	(14.990)	(6.605)
IOF	(70)	(75)	(879)	(330)
Juros bancários e multas	(4.322)	(1.958)	(26.683)	(11.527)
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos	(1.693)	(6.997)	(4.010)	(9.082)
Encargos financeiros sobre debentures	(4.988)	(8.827)	(41.186)	(24.280)
Amortização do custo de captação	-	(54)	-	(206)
Ajuste a valor presente	-	-	(1.798)	(1.498)
Total despesas financeiras	(23.405)	(21.699)	(111.487)	(59.488)

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Compromissos

A Companhia contratou arrendamentos comerciais para determinados bens. Esses arrendamentos têm vida média entre três e cinco anos, sem previsão contratual para opção de renovação.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Dentro de um ano	71.598	66.572
Após um ano, mas menos de cinco anos	210.339	195.573
Mais de cinco anos	273.738	254.522
	555.675	516.667

29. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A tabela abaixo apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	<u>Importância segurada</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	868.200	574.500
Perda ou pagamento de aluguel	56.000	49.000
Impacto de veículo terrestre, aéreo e/ou	1.200	1.050
Roubo de bens	1.820	10.500
Danos elétricos	8.000	1.190
Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores	30.000	30.000
Outros	16.885	4.843
	982.105	671.083